

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

JUANA BELINASSO

ESCREVER É SUBVERSIVO:  
censura a livros eróticos e pornográficos  
na Ditadura civil-militar Brasileira

VETADO

Porto Alegre  
2020

JUANA BELINASSO

**ESCREVER É SUBVERSIVO:**

**Censura a livros eróticos e pornográficos na Ditadura Civil-Militar Brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Me<sup>a</sup> Marlise M. Giovanaz

Porto Alegre  
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patrícia Pranke

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice Diretora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Chefe Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenadora Substituta: Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão

**CIP - Catalogação na Publicação**

Belinaso, Juana  
Escrever é subversivo: Censura a livros eróticos e  
pornográficos na Ditadura civil-militar brasileira /  
Juana Belinaso. -- 2020.  
90 f.  
Orientador: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Censura. 2. Ditadura civil-militar. 3.  
Literatura erótica. I. Giovanaz, Marlise Maria,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705.

CEP: 90035-007

Tel.: (51) 3308.2856 / (51) 3308.5138

E-mail: dci@ufrgs.br

JUANA BELINASSO

**ESCREVER É SUBVERSIVO:  
Censura a livros eróticos e pornográficos na Ditadura Civil- Militar Brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharela em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me<sup>a</sup> Marlise M. Giovanaz

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jussara Borges – UFRGS  
Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira – UFRGS  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família. A minha mãe por sempre dizer que éramos capazes e que temos que ir atrás do que queremos. A minha irmã Júlia, por me mostrar o caminho do ensino público, no ensino técnico e a graduação e, que sim, a universidade pública é de todos e que sempre lutaremos por ela. Ao Filipe, sempre incentivador do meu lado amante da História. Ao Anízio, pelo amor incondicional. Agradeço também a minha querida avó Nenê (*in memoriam*) que estaria orgulhosa de mim, mas que possivelmente não compreenderia como eu, tão tagarela, poderia trabalhar em uma biblioteca. Amo vocês.

Agradeço imensamente ao Diego, por simplesmente estar lá. Por me botar pra cima quando eu só queria chorar e não acreditava que eu ia conseguir. Por me incentivar a voltar a estudar, por me instigar e dizer que eu sempre posso mais, por todas as conquistas e planos que fazemos juntos. Te amo.

Ao Yves e Fela, os melhores cachorros do mundo. E a Shiva, que sempre estará comigo.

Agradeço o carinho e amizade de Fabiane Simões, Bruna Heller, Greison Jacobi e Bianka Maduell que sempre que eu falei, me escutaram e quando eles falaram, eu escutei. FQETE fez esse ano maluco ser mais suave e de suporte incessável! Amo vocês.

Aos colegas e amigos de desabafo durante a graduação de Biblioteconomia. Ana Ciecelski, por sempre estar ali em todos os trabalhos na faculdade, por ser exemplo de mãe/estudante e por mostrar uma garra imensa durante todo esses anos de FABICO. Ao Charles Espolier, em especial por dividir esse último ano de incertezas, frustrações, esperança mesmo quando só pensávamos que estávamos devastados, e também por sempre estar disposto a ajudar com suas lindas artes que deixam esse trabalho mais lindo. Ao Stheve Balbinotti pela garra e sinceridade sempre. Ao Gregory Frees por não nunca nos deixar passar raiva sozinhos nas aulas e a Leila Staats por toda a energia e ímpeto contra os sem vontade. Ao Miguel Cury, por dividir comigo a utopia da biblioteconomia e trazer ela pra realidade. Vamos dominar o mundo. A Camila Alves, por sempre estar disposta a ajudar todos a sua volta. Obrigada amigos.

Agradeço aos futuros colegas de profissão com quem tive o prazer de

trabalhar durante essa jornada, desde o técnico em biblioteconomia e agora na minha formação como bibliotecária, e que muito me ensinaram. Em especial agradeço a Silvana Corrêa por me ensinar que ser bibliotecária é amor, muito além de manuais de indexação.

Agradeço à minha orientadora, professora Marlise Giovanaz por ser a professora maravilhosa que, lá no primeiro semestre, mostrou que a universidade pode ser interessante e que o estudo de História é lindo. Obrigada por aceitar esse desafio comigo, por acreditar em mim e me auxiliar em todos os momentos que precisei. Você é inspiração.

Agradeço também a professora Jussara Borges por me oportunizar trabalhar e aprender no grupo de pesquisa InfoCom e ver que a pesquisa científica não precisa ser solitária.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Aos brasileiros que indiretamente contribuíram para minha formação. Mas ele, não.

Obrigada a todos que de alguma maneira me fizeram chegar aqui.

*“Se enganam os que não sabem  
que a literatura também é uma arma  
a mais carregada  
a mais poderosa  
tanto que os livros que um dia foram  
incendiados  
ficaram.”*  
Ryane Leão

*“Tendo a lua,  
aquela gravidade aonde o homem flutua.  
Merecia a visita não de militares  
mas de bailarinos, e de você e eu.”*  
Herbert Vianna

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso abordará a censura a livros erótico/pornográfico durante o período da Ditadura civil-militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985. O objetivo do trabalho é analisar os pareceres e denúncias sobre livros eróticos/pornográfico censurados no período de vigência do AI-5. A metodologia é uma pesquisa de natureza básica, com caráter exploratório e procedimento de pesquisa bibliográfica. A coleta de dados é feita a partir da análise documental através de levantamento de documentos no Arquivo Nacional e fontes secundárias seguras. Na pesquisa documental é utilizada a análise de conteúdo. Os resultados obtidos mostram a atuação dos censores e a utilização de valores éticos e morais determinados pelo governo. O tema está relacionado com a biblioteconomia no comprometimento dos profissionais em busca da imparcialidade no atendimento ao público. Concluimos que apesar de vivermos em um Estado democrático de direito, ainda há a necessidade da vigilância em relação às tentativas de censura ainda presentes em nosso cotidiano.

**Palavras-chave:** Censura. Literatura erótica. Ditadura civil-militar.

## **ABSTRACT**

The present undergraduate thesis will address the censorship of erotic/pornographic books during the period of the Brazilian civil-military dictatorship, which occurred between 1964 and 1985. The objective of the work is to analyze the opinions and complaints about censored erotic/pornographic books in the duration period of the AI-5. The methodology is of basic research nature, with an exploratory character and bibliographic research procedure. The data collection is based on document analysis through a survey of documents at the National Archives and secure secondary sources. For the documentary research, content analysis is used. The obtained results show the mode of action of the censors and the use of ethical and moral values determined by the government. The theme is related to Library Sciences due to the professionals commitment in search of an impartial treatment towards the public. We conclude that, although we live in a democratic state of law, there is still a need for vigilance in relation to the attempts of censorship which are still present in our daily lives.

**Keywords:** Censorship, Erotic literature, Civil-military Dictatorship

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	<i>Index Librorum Prohibitorum</i> , 1564.....	27
Figura 2	Capa jornal O Estado de São Paulo.....	29
Figura 3	Presidentes do Regime Militar.....	33
Figura 4	Capa jornal Folha de São Paulo.....	36
Figura 5	Linha do tempo - Censura a livros no Brasil 1961 – 1988.....	41
Figura 6	Organograma do órgão central de censura – 1974.....	42
Figura 7	Escritora maldita.....	45
Figura 8	Notas de jornal sobre Cassandra Rios.....	47
Figura 9	Capa do livro <i>As traças</i> .....	51
Figura 10	Capa do livro <i>Copacabana posto 6 - a madrasta</i> .....	52
Figura 11	Capa do livro <i>A volúpia do pecado</i> .....	53
Figura 12	Capa do livro <i>A paranóica</i> .....	54
Quadro 1	Compilação da análise de conteúdo.....	20
Quadro 2	Lista de livros vetados de Cassandra Rios.....	47
Quadro 3	Documentos selecionados para a análise (período 1968 - 1978) ..	49

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>ÉTICA E MORAL.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>Sexualidade, erotismo e pornografia.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>A moral religiosa.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>Afinal, o que é censura? .....</b>	<b>28</b>
<b>3</b>	<b>DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985).....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Atos Institucionais.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>Censura prévia e recolhimento de livros publicados.....</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>O PERIGOSO ATO DE ESCREVER.....</b>	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>AS HISTÓRIAS FICAM .....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
	<b>ANEXO A – Ofício nº 1.444/75.....</b>	<b>66</b>
	<b>ANEXO B – Parecer nº 1.720.....</b>	<b>67</b>
	<b>ANEXO C – Ofício nº 1.447/75.....</b>	<b>68</b>
	<b>ANEXO D – Parecer nº 1711 .....</b>	<b>69</b>
	<b>ANEXO E – Parecer nº 79 .....</b>	<b>70</b>
	<b>ANEXO F - Parecer nº 73 .....</b>	<b>72</b>
	<b>ANEXO G - Decreto-Lei 1.077/70.....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXO H - Ato Institucional Nº5 .....</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXO I- Obras censuradas na Ditadura Militar (1964-1985).....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Eu já estou com o pé nessa estrada / Qualquer dia a gente se vê / Sei que nada será como antes, amanhã / Que notícias me dão dos amigos? Que notícias me dão de você? Alvorço em meu coração / Amanhã ou depois de amanhã / Resistindo na boca da noite um gosto de sol [...]. (NADA..., 1976, documento não paginado).

Vivemos em uma sociedade em constante e rápida transformação. As bibliotecas resistiram a inúmeras mudanças, como a evolução dos suportes de escrita e a invenção da tipografia, até as dificuldades enfrentadas em pilhagem (roubo), destruição, queima de livros em praça pública e repressão do conhecimento. Em tempos assim, a cultura é ferramenta de resistência. Mas para que o livro e o conhecimento que ele carrega sigam como ferramenta essencial para traçar a história da humanidade, não se deve deixar que o esquecimento, o negacionismo e o revisionismo ganhem forças e apaguem a nossa memória histórica.

Quando se pensa que estamos no ano de 2020, em uma sociedade altamente inserida na tecnologia digital, com acesso à informação e inúmeros recursos disponíveis, dando voz a quem antes era marginalizado, certamente cremos que os tempos mais sombrios ficaram apenas na memória. Mas não basta ter o acesso à informação, é preciso ter a capacidade de entender e criticar para compreender. O direito à informação é garantido pela Constituição Federal de 1988, art. 5 inciso XXXIII (BRASIL, 1988, documento não paginado).

O Brasil viveu durante 21 anos sob regime militar. Foi uma longa trajetória entre o 1º de abril de 1964, após o golpe civil-militar sobre o Presidente João Goulart, até 15 de janeiro de 1985, um ano após o movimento de grande impacto “Diretas Já”<sup>1</sup>, ainda como parte da abertura política, com eleições diretas elegendo Tancredo Neves.

As repreensões que os cidadãos com pensamentos contrários ao governo

---

<sup>1</sup> Movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964. (DIRETAS JÁ, documento não paginado, [200?]).

eram submetidos iam desde a censura, perseguição, exílio e também a morte. No período de 1946 a 1988, conforme consta no volume 3 do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>2</sup>, o número de mortos e desaparecidos políticos é de 434, sendo 335 registrados após 1964. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Sendo assim, levando em conta o período, nos 18 anos anteriores ao início da ditadura (de 1946 a 1963) há o registro de 99 óbitos e desaparecimentos, contrastando com os 335 que ocorrem nos 24 posteriores (1964 - 1988), dentre os quais 21 compreendem o período de exceção. Os números nos mostram a face violenta da ditadura: há um aumento de 238,39% nos índices de mortes e desaparecidos em comparação ao registrado em anos anteriores.

Esse foi também um momento na história brasileira de grande repressão artística e intelectual, é parte da história recente do nosso país e, mesmo muito pesquisado por diversas áreas de estudo, sempre haverá um novo viés desse período histórico a ser analisado. Com isso, este trabalho aborda mais especificamente o período após a implementação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) - o qual será aprofundado no subcapítulo 4.1 - durante o chamado Estado de exceção<sup>3</sup>, com vigência entre 1968 a 1978, pelo qual a censura prévia foi instaurada, tratando de uma parte específica da literatura proibida e censurada: a literatura erótica e pornográfica. O trabalho tem como foco a literatura erótica/pornográfica para dar visibilidade a quem eram os autores, qual o perfil dos mais censurados nesse período e o que publicaram sobre esse tema.

A liberdade de ser, pensar e se expressar são os mais preciosos bens que possuímos. Mas até que ponto temos a liberdade total? Um dia já tivemos? Liberdade de expressão é um direito básico do homem e garante a manifestação de opiniões, ideias e pensamentos sem retaliações ou censuras. Na Constituição Brasileira de 1988, Art.5º garante que

---

<sup>2</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final. A cópia do portal da CNV é mantida pelo Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, documento não paginado).

<sup>3</sup> O estado de exceção, segundo as doutrinas tradicionais do Direito Público, é conceituado como medida excepcional à legalidade, sendo autorizado pelo ordenamento diante de situações emergenciais. Nas constituições modernas, todavia, sua utilização pelo poder constituído tem demonstrado funcionar mais como regra do que como exceção. (GOMES; MATOS, 2017, p. 1762).

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença [...] (BRASIL, 1988, documento não paginado).

Vale ressaltar que a constituição brasileira de 1988 foi criada no momento de redemocratização do país. Com isso, pode-se notar que há uma tentativa de assegurar com leis a segurança para o cidadão, antes perdida, assim como a garantia da liberdade de expressão. Se fizermos um comparativo com a Declaração Universal dos Direitos humanos (DUDH)<sup>4</sup>, de 1948, vemos que o Brasil estava com um claro atraso em relação aos direitos dos seus cidadãos. A Declaração Universal do Direitos Humanos traz no seu artigo 19 que:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias [sic] por qualquer meio de expressão. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, documento não paginado).

Esse é um ponto delicado nas relações, sejam elas interpessoais ou governo e população. Sempre que surgem ondas conservadoras de restrições do que é permitido produzir ou pensar, vem à tona pensamentos sobre momentos delicados pelo qual a humanidade já passou através de sua jornada. Podemos citar alguns exemplos marcantes como o período do Terceiro Reich<sup>5</sup>, em que “[...] a Juventude Hitlerista auxiliou muito no processo de ascensão de Hitler, atuando [...] também na queima de livros considerados proibidos, por serem de autoria de intelectuais judeus.” (CIECELSKI, 2019, p. 25), ou também em Bagdá, onde houve destruição da Biblioteca Nacional, na invasão americana ao país após os atentados de 11 de setembro de 2001, sendo alvo de bombardeiros e pilhagens, que Oliveira (2015, p. 37) ressalta “[...] bombas não conseguiram terminar, os saqueadores fizeram

---

<sup>4</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, documento não paginado).

<sup>5</sup> Terceiro Reich também é conhecido como Alemanha Nazista, durante o período entre 1933 e 1945 em que o país foi governando por Adolf Hitler.

questão de finalizar. Os principais centros de informação da cidade foram alvo [...]”. Para definir esse exercício do poder, Báez (2004) diz que:

Ao destruir, o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta movida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência. (BÁEZ, 2004, documento não paginado).

Com isso, e tantas outras situações em que o pensamento, as escolhas e as individualidades sofrem tentativas constantes de controle, surgiu a vontade de escrever sobre os livros censurados em período sombrio da história do nosso país: a Ditadura civil-militar. Mas afinal, o que era censura? Por que um título era passível de proibição? São muitas perguntas e a resposta sempre gira em torno do mesmo pensamento: a moral e os bons costumes, bases do conservadorismo.

O ponto de partida desta pesquisa foi a leitura do livro de Sandra Reimão *‘Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar’*, de 2011, e do livro de Dionísio da Silva *‘Nos bastidores da censura sexualidade, literatura e repressão pós-64’*, de 1989. Os livros foram escolhidos como base referencial desta pesquisa por trazerem listas de livros censurados no período escolhido para o estudo. Primeiramente, foi feita a análise de toda a lista de livros para compreender o universo de materiais censurados; após isso, foi feita a separação em dois grandes temas: obras de literatura, teatro e obras de não-ficção. A partir de então, foi escolhido o recorte temático dos livros de literatura, dentre os quais - segundo dados apresentados por Reimão (2011), em pesquisa no Arquivo Nacional, na seção de censura prévia do fundo<sup>6</sup> da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCPD), - 70 livros na temática erótico/pornográfico foram censurados no período de 1968 e 1978 (REIMÃO, 2011). Já Silva (1989) apresenta em seu livro o levantamento de 69 livros com essa temática que receberam o veto dos censores. Na comparação entre as listas fornecidas pelas duas obras, é possível perceber que em torno de 100 livros de autores nacionais com essa temática foram censurados no período.

---

<sup>6</sup> O fundo de arquivo é [...] o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, documento não paginado).

Na análise desses materiais, ficou evidente que dentre os livros de literatura a maioria censurada era da temática erótico/pornográfica.

Com base nas reflexões elencadas, a indagação que norteia o trabalho de conclusão de curso e seu **problema de pesquisa** é: quais são as características presentes na literatura erótico/pornográfica censurada no período da ditadura civil-militar e por que eram passíveis de proibição?

Essa pergunta leva ao **objetivo geral** que propõe analisar os pareceres e denúncias sobre os livros erótico/pornográficos censurados, especialmente no período em que o AI-5 esteve em vigor. Os **objetivos específicos** da pesquisa são: a) selecionar e analisar documentos do Arquivo Nacional e outras fontes secundárias; b) identificar os títulos e autores censurados na temática erótico/pornográfico e sua trajetória posterior à censura; c) identificar as temáticas abordadas nas obras; e d) compreender e analisar as justificativas utilizadas que levavam uma obra a ser censurada.

Como justificativa, partimos do princípio de que o livro é considerado um instrumento de aprendizagem e também de autonomia para o indivíduo. Teve-se uma geração de autores “castrados”, suas obras impedidas de serem publicadas e, em alguns casos, recolhidas após a sua impressão. Este trabalho visa trazer o assunto da censura para o debate e mostrar que apesar de o período do regime ditatorial militar ter sido encerrado há mais de 30 anos, o assunto continua pertinente nos dias de hoje<sup>7</sup>.

Na primeira semana do mês de setembro de 2019, tivemos três atos que podemos considerar censórios: o Governador João Dória, de São Paulo, mandou retirar uma cartilha sobre gênero destinada às escolas públicas (GLOBO, 2019, documento não paginado); em Porto Alegre uma exposição de charges, com críticas ao atual governo presidencial, foi retirada da Câmara dos Vereadores a pedido da presidente da casa, por ser considerada “ofensiva” (BECK, 2019a, documento não paginado); na Bienal do Livro no Rio de Janeiro, o Prefeito Marcelo Crivella determinou o recolhimento de uma HQ por conter um beijo homoafetivo, entre

---

<sup>7</sup> Na comemoração do dia do bibliotecário do ano de 2020, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da informação e instituições (FEBAB) lançou o site “Bibliotecas que não se calam - Aqui a censura não tem vez”, em que traz para a pauta a valorização de nossas bibliotecas enquanto espaços democráticos de acesso à informação. Para saber mais: <http://febab.org.br/censurado/>.

outras com a temática LGBTQIAP+<sup>8</sup> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019, documento não paginado); outro caso é o da lista de livros clássicos da literatura nacional e que foram censuradas pelo Secretário de Educação de Rondônia em 2020 (CAMAZANO, 2020, documento não paginado). Já no mês de novembro, na cidade gaúcha de Nova Hartz - RS, a escritora Luisa Geilser, teve sua participação na feira do livro local cancelada por seu livro “linguagem inadequada” (BECK, 2019b, documento não paginado). Em apenas alguns meses do ano de 2019 tivemos diversos casos do que podemos chamar de censura, apesar de vivermos em um Estado democrático de direito<sup>9</sup>. Em tempos assim, é impossível não lembrarmos de um passado tão recente, e ainda muito vivo na memória e política do nosso país: a Ditadura civil-militar (1964-1985).

A partir disso, surgiu a curiosidade sobre o tema e, conseqüentemente, o desejo de torná-lo uma pesquisa. Gil (2002, p.17) define pesquisa como “[...] um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”. Deste ponto, vimos a necessidade de pesquisar sobre o tema censura para procurar preencher lacunas até então esquecidas.

Essa crescente onda de proibições ocorrendo no Brasil torna evidente a necessidade em falar sobre censura, um assunto que muitos consideram passado e, até mesmo, sendo negado pela população, seja por alienação ou falta de informação. Borges e Silva (2006) dissertam que a competência em informação é ir além do acesso pleno à informação, não apenas acesso físico, mas também cognitivo, para que haja uma visão crítica necessária para assim avaliar a informação. Nisso, vemos a importância de uma sociedade bem informada, capaz de pensar e compreender.

O tema relaciona-se com a Biblioteconomia no envolvimento e comprometimento que os profissionais da área têm em disponibilizar o acesso à informação sem restrições ideológicas, crenças religiosas ou viés político. A

---

<sup>8</sup>**LGBTQIAP+** é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais. (ORIENTANDO, 2020, documento não paginado).

<sup>9</sup> Condição em que o poder político determina suas ações, baseado no cumprimento rigoroso da ordem jurídica, estabelecendo perfeito equilíbrio entre o direito e o arbítrio. (ESTADO, 2020, documento não paginado).

informação deve ser de livre acesso<sup>10</sup>. A liberdade de escolha deve ser preservada dentro do ambiente da biblioteca, dando a segurança e autonomia para o indivíduo. Infelizmente, normalmente teremos algum tipo de censura nas bibliotecas, sejam elas por estarem atreladas a uma determinada instituição com viés religioso ou político, ou até mesmo do próprio profissional bibliotecário, por isso o profissional bibliotecário tem a responsabilidade de agir da forma imparcial possível.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, a **metodologia** é constituída com base em uma pesquisa básica, voltada para o entendimento sobre livro e a censura no período da ditadura civil-militar brasileira, que ocorreu entre 1964-1985, dando ênfase ao período de vigência do AI-5 (1968-1978). Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 34) a pesquisa básica tem como objetivo “[...] gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.”.

Referente aos objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório, que visa criar maior familiaridade com o tema e aprimorar ideias (GIL, 2002). Conforme destaca Gil (2002, p. 41) esse tipo de pesquisa, em sua maioria, envolve “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.”.

A pesquisa exploratória deste TCC utiliza como procedimento a pesquisa bibliográfica, sendo essa a fase inicial da pesquisa, para posteriormente ter aprofundamento maior no tema. Ademais, a pesquisa qualitativa foi escolhida pois, conforme destaca Goldenberg (2004, p. 14), a abordagem não tem a preocupação com a “[...] representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”. Além disso, esta abordagem tem a preocupação com aspectos reais que não podem ser quantificados, centralizado em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para a coleta de dados foi aplicada a análise documental que, segundo Gil (2002, p. 45), caracteriza-se por “[...] materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

---

<sup>10</sup>Juramento biblioteconomia: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (Resolução CFB nº 006/66).

objetos da pesquisa.”. Isto quer dizer que foi feito levantamento nos documentos disponibilizados pelo Arquivo Nacional, no qual houve um aprofundamento no estudo do tema, trazendo material referente a época escolhida para a pesquisa e delimitando, assim, o campo de estudo que é o período de vigência do AI-5. A escolha pelo Arquivo Nacional se deu pelo fato de que o mesmo é o órgão responsável pela gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e difusão do patrimônio documental do país garantindo, assim, pleno acesso à informação, seguindo as definições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ (ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Conforme destaca Bardin (1977, p. 45) “[...] a análise documental tem por objetivo de forma conveniente e representar de outro modo essa informação [...] A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação [...]”. Ainda, segundo a mesma autora

[...] o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação [...] o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens [...] para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (BARDIN, 1977, p. 45).

Podemos destacar que “[...] a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A natureza essencial está na natureza das fontes.” (OTANI, 2011, p. 39). Para esta pesquisa, escolheu-se a pesquisa documental pelo fato de se trabalhar com registros feitos pelos órgãos responsáveis pela censura na época do regime militar, sendo assim, os documentos são as pistas para a compreensão dos motivos e decisões por censurar determinados livros.

Na pesquisa documental foi utilizada a Análise de Conteúdo que Bardin (1977, p. 95) descreve como: “[...] a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação [...]”. Com isso, Bardin (1977, p. 43) aponta que “[...] a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores [...]”, sendo assim, no quadro 1, está descrita a forma como essas três fases foram executadas neste estudo.

**Quadro 1: Compilação da análise de conteúdo**

<b>Etapa</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>O que fazer?</b>	Pré-análise	Exploração do material	Tratamento dos dados, inferência e interpretação
<b>Este trabalho</b>	Busca por documentos no Arquivo Nacional e em fontes secundárias relevantes	Seleção dos documentos relevantes para o tema pesquisado	Levantamento de palavras-chave nos documentos; análise dos documentos selecionados; interpretação das informações obtidas.

Fonte: elaborado pela autora com base nas etapas da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

Após o levantamento de material bibliográfico e documentos, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e outras fontes secundárias, foi possível analisar os dados relevantes para a pesquisa e assim identificar as características das obras para que fosse possível determinar a existência de um padrão em relação a essa temática de assunto e o seu frequente veto. Esses documentos são pareceres de análise de obras feitas pelos técnicos de censura, servidores da DCDP, e cartas de denúncia de obras enviadas para o Ministro da Justiça, Armando Falcão, entre 1974 e 1979, anexados ao final do trabalho. Um organograma desses órgãos será apresentado no capítulo 3.

Para um aprofundamento teórico, a pesquisa bibliográfica conta com capítulos teóricos que abordam temas que se mostram pertinentes para sustentar o estudo. O capítulo 2, Ética e Moral, visou trazer autores que ajudassem a refletir sobre como a questão da ética é vista e trabalhada, assim como a moral e suas reflexões e definições. Dentro deste capítulo, os subcapítulos tratam sobre temas como a sexualidade, erotismo e pornografia, as definições do que é considerado censura e a visão da igreja católica sobre essas temáticas. No capítulo 4 aprofunda-se no período escolhido como recorte do trabalho, a ditadura civil-militar brasileira, trazendo as legislações criadas na época e como funcionava o sistema de censura prévia e censura através do recolhimento de materiais já publicados. Após, temos o capítulo referente a análise dos dados e, por fim, a conclusão do trabalho.

## 2 ÉTICA E MORAL

[...] Será que nunca faremos senão confirmar / A incompetência da América católica/ Que sempre precisará de ridículos tiranos [...]  
(PODRES..., 1993, documento não paginado).

Quando lemos, estudamos e ensinamos, temos o dever de sermos éticos, independente de nosso viés político, religioso e etc. Os termos ética e moral misturam-se em seus conceitos. A primeira é originária do grego, *ethos*, vista como uma reflexão filosófica ou científica, e a segunda do latim, *morales*, sendo esta um fenômeno social. (GONTIJO, 2006).

Segundo o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2015, p. 427) a definição de que ética é o “[...] conjunto de preceitos sobre o que é moralmente certo ou errado.”. O Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2008, p. 383) traz a definição para ética como “1. Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. 2. Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano”. Para definir moral, o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2015, p. 650) afirma: “[...] o conjunto de regras de conduta desejáveis num grupo social.”. Já o Dicionário Michaelis (1998, p. 1410) diz que é “[...] relativo à moralidade, aos bons costumes [...] parte da filosofia que trata dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres do homem em sociedade e perante os de sua classe.”.

Na perspectiva da psicologia, conforme destaca La Taille (2006), muitas vezes moral e ética são conceitos empregados como sinônimos, pois se referem às regras implicitamente consideradas obrigatórias. Tendo em vista que moral refere-se ao social e ética ao filosófico ou científico, La Taille (2006, p. 26) exemplifica que:

[...] o fato [de] todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunto de regras de conduta, por proibições de vários tipos cuja transgressão acarreta sanções socialmente organizadas. Vale dizer que toda a organização social humana tem uma moral.

Com esses conceitos é possível ver o quanto falas ditas, tanto hoje quanto em 1964, passados mais de 50 anos que o golpe foi deflagrado, repete-se o discurso do que se define por bons costumes. Ainda assim, é um conceito muito amplo e individual, não podendo ser determinado por uma única esfera de pessoas,

com vivências e crenças que não abrangem toda uma população. Em sua história recente, o Brasil passou por um período em que havia uma imposição, através da legislação do governo, do que era considerado ético e moralmente aceito. O regime militar de 1964, com seu governo autoritário<sup>11</sup>, tinha a intenção de cercear o pensamento e a liberdade de expressão de quem a expunha de forma considerada ofensiva pelo Estado. Quando se tem uma população questionadora e que possui autonomia diante de suas vontades, o controle do governo tende a diminuir, pois ela se torna crítica. Com este pensamento, Comparato (2006, p. 364) ressalta que:

Com o surgimento do totalitarismo em pleno século XX, o movimento tendente a desagregar o patrimônio ético da humanidade alcançou seu apogeu [...] começou-se por separar a esfera pública das regras da moralidade comum, invocando-se a exceção da razão de Estado.

Há uma dificuldade de separar o ético e o moral particular do comum, pois esses conceitos são, também, uma construção social única e, ao mesmo tempo, coletiva. O Estado tem o dever de ser neutro e, no caso do Brasil, laico<sup>12</sup> por definição na sua Constituição (BRASIL, 1988), considerando assim a diversidade de pensamento e opinião de sua população. Se observarmos a história do Brasil, podemos notar que a questão da moral e da ética sempre tiveram entrelaçadas nas decisões e diretrizes tomadas pelos governos.

No ano de 1969 foi implementado na grade escolar das escolas brasileiras a disciplina de “Moral e Cívica”. Já aplicado em outros países, como a França, no Brasil tinha sido anteriormente com a visão na questão do discurso cívico, no início da República laica, que ia de encontro ao discurso religioso da época monarquista (FILGUEIRAS, 2006). Criada a partir do Decreto-lei 869/69, hoje revogado, tem no seu artigo 2º o que era e qual a finalidade da disciplina:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores [sic] espirituais e éticos da nacionalidade;

---

<sup>11</sup>Diz-se do sistema político em que o poder se concentra nas decisões de uma autoridade (ou de um grupo autocrático) que o exerce com rigor. (AUTORITARISMO, 2020, documento não paginado).

<sup>12</sup>Um Estado secular ou laico é um conceito do secularismo onde o poder do Estado é oficialmente imparcial em relação às questões religiosas, não apoiando nem se opondo a nenhuma religião. (ESTADO SECULAR, 2020, documento não paginado).

- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história [sic];
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica [sic] do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Ao ler o Decreto-Lei nº 869/69, se vê o quanto o país estava atrelado, novamente, ao pensamento religioso, normalmente voltado ao cristianismo, apesar de ser um Estado laico, como foi dito anteriormente. A tendência da definição do pensamento no que era considerado moral e imoral, está ligado diretamente também a sexualidade, como veremos no subcapítulo 2.1.

## 2.1 Sexualidade, erotismo e pornografia

A sexualidade ainda pode ser um tabu para muitas pessoas. Independente da época, religião, ideologia política ou localização geográfica, o corpo e a sexualidade chamam a atenção do governo, especialmente os de viés autoritário.

Se quisermos entender de que forma e quando os corpos, a sexualidade e a pornografia começaram a serem vistos como algo não aceito pela sociedade, devemos voltar os olhos para a Europa dos anos 1500 a 1800, como Hunt (1999) traz em seu estudo '*A Invenção da pornografia*'. Neste período, os europeus viam a sexualidade através da pornografia, que para Hunt (1999, p. 10) “[...] era mais frequentemente um veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas.”. A pornografia desenvolveu-se a partir de avanços e retrocessos da atividade dos escritores, pintores e gravadores - como a xilogravura e gravação em metal - e, que ocorria de forma não organizada, mas que se empenharam em “[...] pôr à prova os limites do ‘decente’ e a censura da autoridade eclesiástica e secular.” (HUNT, 1999 p.10). Ainda Hunt (1999, p. 10) exemplifica que

Embora o desejo, a sensualidade, o erotismo e até mesmo a representação explícita dos órgãos sexuais possam ser encontrados em muitos, senão em todos, tempos e lugares, a pornografia como categoria

legal e artística parece ser um conceito tipicamente ocidental, com cronologia e geografia particulares.

Sobre o livro, Infelise (2004, p.8, tradução nossa<sup>13</sup>) destaca que “[...] o livro era visto com um perigo, como uma espécie de peste [...]”. Esta colocação demonstra como, já nessa época, as reproduções artísticas - em especial o livro - eram vistos como algo subversivo e perigoso quando tratavam da sexualidade.

No caso do regime ditatorial brasileiro, Reimão (2011, p. 41) ressalta que “[...] parte dos militares via a sexualidade como podendo ser utilizada como ferramenta do ‘expansionismo comunista’.”. No levantamento feito por Paolo Marconi, apresentado no livro ‘*A censura política na imprensa brasileira*’, o Ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, em palestra na Escola Superior de Guerra, declarou à época da criação do Decreto-Lei 1.077/70<sup>14</sup> que

O comunismo instila sutilmente veneno para desintegrá-la [a sociedade]. Mina a família através da desenfreada propaganda do sexo, do amor livre e da obscenidade. Penetra na escola e difunde o tóxico para desfibrar a juventude. Procura dilacerar a severidade dos costumes através do teatro, do cinema, do rádio e da televisão. Espalha suas publicações por todas as livrarias (MARCONI, 1980, p. 14).

Segundo Silva (1989, p. 43), sobre a questão da censura de livros com temática pornográfica é que “[...] uma suposta pornografia, o uso do palavrão e outras obscenidades é que teriam amparado os vetos. A sexualidade dita e escrita é constituída o alvo principal.”. Ainda para Silva (1989, p. 51) é que

[...] persiste a hipótese de que a sexualidade é assunto complexo e que o Estado moderno não conseguiu resolvê-lo, mas que a censura a este tema e seus desdobramentos, posta como norma ao longo da civilização ocidental, agrava-se quando o Estado é fraco e não está ainda consolidado.

No Brasil, nenhum gênero literário de ficção foi mais censurado que os livros erótico/pornográficos, como vimos no levantamento de dados para este trabalho de conclusão de curso. Conforme os relatos da época levantados por Marconi (1980) em seu livro o tenente-coronel Carlos de Oliveira, defensor na moral e dos bons costumes, disse em determinada ocasião que

O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos [...] daí partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como

<sup>13</sup>“El libro fue visto como un peligro, como una especie de peste [...]”.

<sup>14</sup>O Decreto-Lei 1.077/70 será aprofundado no subcapítulo 3.2. Na íntegra no Anexo G.

intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual. (MARCONI, 1980, p. 18).

Com isso, podemos observar como o controle sobre os corpos e a sexualidade um assunto constante e preocupante para os governos. Ainda hoje, a liberdade de escolha, livre expressão, são assuntos constantemente discutidos.

## 2.2 A moral religiosa

Ao debruçar sobre o tema da censura a partir da pesquisa bibliográfica, rapidamente chega-se a um consenso: a forte participação da Igreja Católica nas decisões. A instituição toma frente, juntamente com autoridades políticas, do controle a população, tendo a liberdade de pensamento e, conseqüentemente, o livro como o maior inimigo na difusão de ideias contrárias:

[...] O livro era visto como um perigo, como uma espécie de praga, cuja disseminação precisava ser regulamentada e eventualmente bloqueada por qualquer medo. Em poucos anos, a Igreja de Roma desenvolveu um aparato de controle que se pretendia estender a todo o continente e que servia de modelo para qualquer organização de controle policial do pensamento futuro, com repercussões inevitáveis na vida dos poderes, no progresso da ciência e do conhecimento em geral. (INFELISE, 2004, p. 8, tradução nossa<sup>15</sup>).

Com a intenção de manter um maior controle sobre o que os fiéis tinham acesso, foi criado no ano de 1233, pelo Papa Gregório IX, a bula '*Licet ad capiendos*'. Este documento era direcionado aos freis dominicanos, criando assim a Inquisição, uma instituição da Igreja Católica Romana. Neste documento constava que

Onde quer que os ocorra pregar estais facultados, se os pecadores persistem em defender a heresia apesar das advertências, a privar-los para sempre de seus benefícios espirituais e proceder contra eles e todos os outros, sem apelação, solicitando em caso necessário a ajuda das autoridades seculares e vencendo sua oposição, se isto for necessário, por meio de censuras eclesiásticas inapeláveis (*Licet ad capiendos* 1233, apud MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 234.)

Em 1252 é editada a bula '*Ad extirpanda*' pelo Papa Inocêncio IV que

---

<sup>15</sup>“El libro fue visto como un peligro, como una especie de peste, cuya difusión había que regular y eventualmente bloquear por cualquier miedo. En pocos años la Iglesia de Roma elaboró un aparato de control que en las intenciones debía extenderse a todo el continente y que sirvió de modelo para cualquier organización de control policial del pensamiento futuro, con inevitables repercusiones en la vida de los poderes, en el progreso de las ciencias y del saber en general.” (INFELISE, 2004, p. 8).

institucionalizou “[...] o Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) e permitia o uso da tortura. O poder secular era obrigado a contribuir com a atividade do tribunal da igreja.” (MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 235).

A atividade realizada pelos monges copistas foi criada inicialmente com o intuito de punir, e posteriormente uma atividade obrigatória, aos monges alfabetizados que se recusavam a realizar serviços regulares nos mosteiros Campos (1994). Monges copistas proporcionaram a Igreja um controle ainda maior sobre o que era escrito e possibilitaram que textos fossem alterados, mantidos sob guarda e sigilo dentro dos mosteiros (CAMPOS, 1994, p. 134).

Com a criação da imprensa por Johannes Gutenberg (1397-1468), em torno do ano de 1430, a propagação de ideias ganhou proporções e alcance que ainda não eram possíveis apenas com copistas. A difusão do pensamento livre tinha as condições necessárias para poder acontecer. A imprensa proporcionou que a Reforma Protestante, em 1517, liderada por Martinho Lutero (1483-1546) ganhasse força e se espalhasse pela Alemanha (CAMPOS, 1994, p. 185). Após a invenção da prensa, o número de livros aumentou, assim como seu alcance. Com isso, a Igreja criou no ano de 1557, oficializado pelo Papa Paulo V em 1559, o ‘*Index Librorum Prohibitorum*’ (em tradução livre: Índice dos Livros Proibidos), uma forma da Igreja determinar o que se podia ler e o que não. O *Index* previa que livros heréticos<sup>16</sup>, com ideias distintas do pensamento católico, fossem proibidos.

Séculos após a criação da Santa Inquisição, é instalado em Portugal, no ano de 1536, o Tribunal de Lisboa, dando início a Inquisição Portuguesa, a qual viria a reger através das leis da Igreja também o Brasil, então colônia portuguesa (MARTINO; SAPATERRA, 2006). Em 1564, após o Concílio de Trento, é publicado em Portugal o ‘*Index Librorum Prohibitorum*’ (figura 1), o qual era destinado aos funcionários do Santo Ofício, encarregados da inspeção de livrarias, navios - para cargas importadas que chegassem aos portos - e bibliotecas e também da qualificação dos livros. (MARTINO; SAPATERRA, 2006). A criação de um catálogo comum tinha como intenção a padronização do que poderia ou não ser impresso e vendido. Havia também a dificuldade de fiscalização de livros importados:

[...] a carga librária dos navios estrangeiros era enviada por agitadores

---

<sup>16</sup>Heresia é “Doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja em matéria de Fé. (FERREIRA, 2008, p. 449).

mandados ao exterior, ou encomendadas por mercadores e livreiros do reino. Verifica-se, porém, que algumas pessoas eram privilegiadas por se distinguirem das demais devido ao seu caráter profissional ou sua posição social; poderiam requerer ao rei uma licença com a intenção de ler ou possuir uma determinada obra proibida. Havia, então, uma certa censura seletiva, na qual se privilegiavam uns e refutavam-se outros. (MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 236).

Apesar da criação do ofício, havia grande dificuldade na real fiscalização e até mesmo de conhecimento de livreiros da atualização do catálogo, em meio a produção editorial que vinha em uma crescente expansão.

**FIGURA 1: Index Librorum Prohibitorum, 1564**



Fonte: Index Librorum Prohibitorum, 2020

Em Portugal havia punição do livre pensar e escrever, pois isto era visto como crime (NOVINSKY, 2002). Conforme Martino e Sapaterra (2006, p. 237) foram proibidas em Portugal e suas colônias, as categorias de obras que se encaixassem em:

- 1) os livros de autores ateus,
- 2) os de autores protestantes que combatessem o poder espiritual do Papa e dos bispos ou atacassem os artigos da Fé Católica,
- 3) os que negassem a obediência ao Papa,
- 4) os livros de feitiçaria, quiromancia, magia e astrologia,
- 5) os que, apoiados num falso fervor religioso, levassem à superstição ou fanatismo,
- 6) os livros obscenos,
- 7) os infamatórios,
- 8) os que contivessem "sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil [...]"
- 9) os que utilizam os textos das Sagradas Escrituras em sentido diferente do usado pela Igreja,
- 10) dos autores que misturassem artigos de fé com os de mera disciplina,
- 11) os que impugnassem os Direitos, Leis, Costumes, Privilégios etc da

Coroa e dos Vassallos,  
12) as obras "dos pervertidos filósofos destes últimos tempos..."[...]

A história do Brasil é permeada de leis, decretos, imposições referentes a censura. Focando no Brasil colonial a censura durou 300 anos, sendo muito mais rigorosa que no restante da América espanhola. Havia um grande medo por parte dos inquisidores portugueses diante de ideias heréticas e que essas penetrassem o Novo Mundo (NOVINSKY, 2002). O controle da escrita, da leitura, do científico manteve-se por anos, tendo em vista que a última edição do *Index* data de 1948 e somente foi abolido em 1968<sup>17</sup> pelo Papa Paulo IV. (MARTINO; SAPATERRA, 2006).

Passando para o período em que o trabalho de conclusão de curso tem enfoque, o período do regime militar (1964–1985), a censura foi, aos poucos, ganhando força, Reimão (2011, p.10) afirma que

[...] na realidade, entre 1964 e 1968, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física.

Corroborando com essa explicação, Stephanou (2001, p. 215) salienta que

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado subversivo, contra o Regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes.

A forma de controle dos governos, auxiliado muitas vezes pelo Clero, tem a intenção de manter a população em eterna vigilância. Uma das maneiras a fazer isso é com a censura, como veremos no subcapítulo seguinte.

### **2.3 Afinal, o que é censura?**

Ler e escrever sempre será um ato de resistência. Expor ideias, colocá-las em algum suporte que permita que outros compartilhem do seu pensamento expresso em linhas e páginas. A escrita tem o poder de libertar quem escreve e

---

<sup>17</sup>Apesar da extinção do *Index* no ano de 1968, membros do clero ainda podem emitir um alerta chamado "*admonitum*" ("advertência" em latim). Entre livros editados pós-*Index Librorum Prohibitorum*, e com recomendação de *admonitum* podemos destacar Harry Potter (J. K. Rowling) e Código Da Vinci (Dan Brown). (BRAGA, 2014, documento não paginado)

quem lê. Porém, ao ser visto como “[...] código de ascensão e diferenciação social, o livro passou a ser controlado, censurado, reprimido todas as vezes que seu conteúdo constitui uma ameaça ao *status quo* [...]” (BORRALHO, 2017, p. 72, grifo do autor). Falar sobre censura é um assunto delicado, pois nem sempre ela ocorre de forma clara e explícita e busca controlar, olhar, vigiar, como George Orwell nos mostrou no seu livro ‘1984’ - lançado no ano de 1949. Esse é o objetivo de governos autoritários perante a sua população, os dispositivos de controle social como a censura.

Sofremos censura de diversas maneiras durante nossas vidas, seja ela em relação ao que vestimos, em nossas ações ou, a mais comum, a censura sobre as artes, o pensamento, a criatividade e a escrita. Um caso que podemos citar é a proibição da exposição *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em Porto Alegre/RS no ano de 2017. A exposição abordava a diversidade sexual foi proibida após protestos de intolerantes, ligados a partidos políticos, nas redes sociais (MENDONÇA, 2017, documento não paginado). O diferente, alguns pensam, deve ser proibido.

Um exemplo de censura no período da ditadura pode ser observado na figura 2, na qual consta a capa do Jornal o Estado de São Paulo do dia 10 maio de 1973. O mesmo anuncia o programa “Agora é Samba”, da rádio Eldorado, que substitui a matéria sobre o pedido de demissão do ministro da Agricultura, Luis Fernando Cirne Lima, com críticas ao governo (REIMÃO, 2011). Pode-se notar a censura já fortemente aplicada nos jornais brasileiros.

**Figura 2: Capa jornal O Estado de São Paulo.**



Fonte: Reimão (2011, p. 12).

A definição de censura segundo o dicionário Michaelis (*online*, não paginado), é o “[...] exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral.”, sendo assim, o verbete apresenta que questões contrárias a construção do que é moral para alguns, pode ser passível de proibição em uma escala muito maior.

O Estado tem a tendência de exercer o controle sobre a cultura e o pensamento político em sua sociedade. Conforme Carneiro (2002, p. 21) “[...] a censura assim como a violência simbólica fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos da nossa história.”. Conforme destaca Novinsky (2002, p. 25), “[...] o controle do pensamento vigorou no mundo antigo, grego, romano, na Idade Média, Moderna, mas foi no século XX que alcançou seu maior rigor.”. O fogo e as fogueiras em praças públicas foram aliados dos que determinam o que deve ser censurado. Em vários momentos da nossa história, vemos a repetição desse ato, muitas vezes em locais públicos, como demonstração de poder e ordem. Abordando isso, Infelise (2004, p. 7) observa que

A imagem da fogueira onde os livros queimam tem uma longa história e representa dramaticamente a consequência extrema da relação conflituosa entre poderes organizados e vozes sindicalizadas como dissidentes. O ato de censurar, por outro lado, teve resultados menos impressionantes, mas talvez tenha oferecido gestos mais relevantes que influenciaram diferentemente nossa civilização e maneiras de entender o poder e a capacidade de expressão. (tradução nossa)<sup>18</sup>.

Entretanto, a censura tem diferentes faces. Ela pode vir por imposição do Estado ou autocensura, mas o que acontece é que ela está presente, em diferentes níveis. Conforme aponta Medina (2002, p. 421):

[...] um cenário dado a interpretação é o da censura explícita, institucionalizada e verticalmente exercida pelo Estado autoritário; em outro cenário, você está sujeito a atos repressivos inerentes a qualquer exercício de poder que impõe às práticas cotidianas constantes cerceamentos; e um terceiro cenário para se tentar compreender - o da rede intimista da autocensura, exacerbada na cultura do medo dos sistemas ditatoriais ou nas heranças autoritárias.

---

<sup>18</sup>“La imagen de la hoguera donde arden libros tiene una larga historia y representa con dramática eficacia la consecuencia extrema de la conflictiva relación entre los poderes organizados y las voces sindicadas como disidentes. El acto de censurar, en cambio, ha resultado menos llamativo, pero quizás haya ofrecido gestos más relevantes que han influido diversamente en nuestra civilización y en los modos de entender el poder y la capacidad de expresión.” (Infelise, 2004, p. 7).

Kushnir (2004, p. 76-7) diz que “[...] a censura e todo o seu aparato existem e executam seus trabalhos tanto em momentos autoritários como nos democráticos.”. Se refletirmos sobre a censura prévia, vemos que após a invenção da imprensa, isso se tornou uma preocupação maior e as medidas repressivas foram intensificadas (NOVINSKY, 2002). É destacado por Novinsky (2002, p. 28) que

O Estado absolutista, para se fortalecer e centralizar, procurou uniformizar o pensamento [...]. Inicialmente expressou-se em termos religiosos, mas com o tempo se transferiu abertamente para a esfera política. Com a invenção da imprensa, começam a proliferar panfletos, textos e livros sobre temas diversos e, em pouco tempo, ideias críticas à religião e ao Estado disseminaram-se por toda a Europa. O livro tornou-se um perigo e combatê-lo foi imperativo básico do regime.

Apesar do passar dos anos, o Brasil tem uma cultura censória, constantemente censurando a sua arte e escrita, normalmente com a justificativa da moral e dos bons costumes. Assim, o país passou por séculos de censura, reflete em momentos mais recentes de sua história. Em alguns períodos a censura atuou com maior efetividade e violência, como no período do regime militar, que será apresentado no próximo capítulo.

### 3 DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Você deve aprender a baixar a cabeça e dizer sempre: "Muito obrigado"/ São palavras que ainda te deixam dizer por ser homem bem disciplinado/ Deve pois só fazer pelo bem da Nação tudo aquilo que for ordenado/ Pra ganhar um Fuscão no juízo final e diploma de bem comportado. (COMPORTAMENTO...,1973, documento não paginado).

No primeiro capítulo de seu trabalho, Carneiro (2002, p. 21, grifo nosso) destaca que **“O Brasil nunca soube lidar com a democracia.”**. Essa fala nos remete a períodos em que o Brasil viveu como uma democracia, paradoxalmente permeados por regimes ditatoriais.

A ditadura militar brasileira, instaurada através do golpe de Estado em 1º de abril de 1964 “[...] a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo.” (SCHWARZ, 2014, p. 7), com a derrubada do presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, eleito no ano de 1960, sendo essa a última eleição direta, com voto popular, antes do golpe militar de 1964.

Mas o golpe vinha sendo articulado e desejado há anos por uma parcela militar, desde o período governado por Getúlio Vargas (1882-1954), o qual tinha inimigos declarados, como Carlos Lacerda<sup>19</sup> (1914-1977). Toledo (2004, p.14) afirma que em uma democracia ainda fragilizada pós Estado Novo,

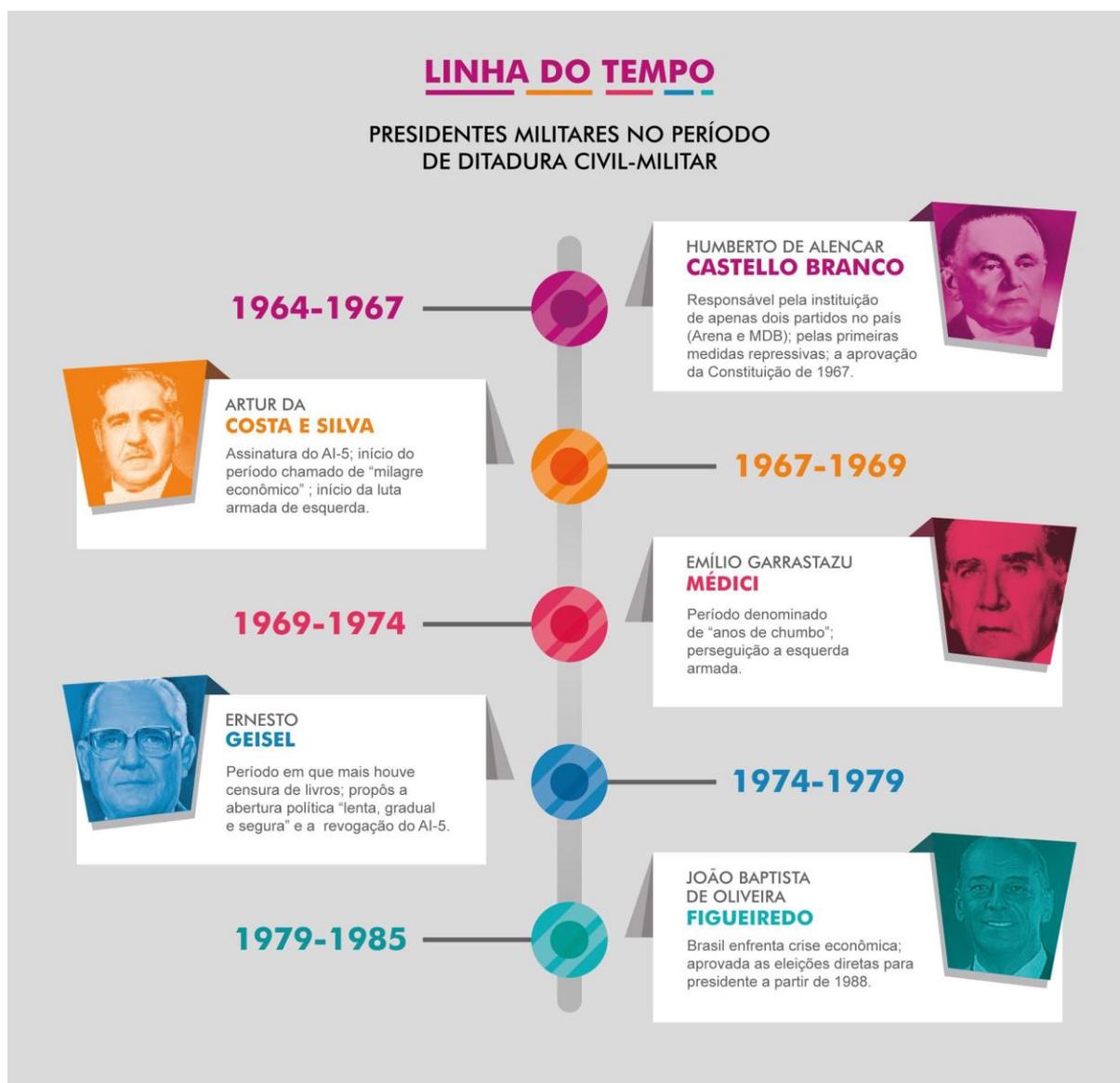
1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças [...] (TOLEDO, 2004, p. 15).

---

<sup>19</sup> Foi um dos articuladores da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Foi eleito vereador pela União Democrática Nacional (UDN) em 1947 e atuou fortemente como jornalista, fundando o jornal Tribuna da Imprensa, que fazia oposição direta às forças políticas do governo de Getúlio Vargas. Em 1960, toma posse como primeiro governador do estado da Guanabara, recém-criado e se afasta ao final de 1965, após várias divergências do governo. Com a promulgação do Ato Institucional nº 5, (AI-5), Lacerda é preso e solto após uma semana em greve de fome, mas tem seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Encerra sua carreira como enviado especial, empresário e editor, falecendo em 1977. (LACERDA, [200?], documento não paginado).

Nota-se que os governos e políticos brasileiros sempre estiveram preocupados com o “fantasma” socialista e um possível regime ditatorial de esquerda, o que nunca acabou se concretizando e, ainda hoje, a fala é utilizada. A ditadura teve cinco presidentes militares, conforme figura 3:

**Figura 3: Presidentes do Regime Militar**



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Ditadura Militar Brasileira, 2020 e arte de Charles Espolier.

No regime militar as eleições ocorriam de forma indireta, feitas pelo Congresso Nacional (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, [200?], documento não

paginado). Com isso, o país ficou sem eleições diretas para presidente da república durante 21 anos, tendo a sua abertura iniciada em meados dos anos 1980 e as primeiras eleições de civis para a presidência apenas em 1985. Já em 1988 é promulgada a atual Constituição Federal, que estabelece novos direitos, políticos e civis, garantindo assim mais segurança à população brasileira. Mas no período em que a ditadura esteve vigente, foram promulgados 17 atos institucionais, dos quais serão destacados os mais relevantes para a pesquisa - Atos 1, 2, 3 e 5 -, apresentados e brevemente analisados no subcapítulo a seguir.

### **3.1 Atos Institucionais**

Nos primeiros anos após o Golpe de 1964, permanecendo até o ano de 1968, não havia uma estruturação da censura no Brasil, apesar de já acontecer atos censórios nesse período, mesmo sem uma regulamentação explícita. No ano de 1967 a censura passa a estar centralizada no governo federal e em 13 de dezembro de 1968 é promulgado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), criado quatro anos após o Ato Institucional nº 1 (9 de abril de 1964), este que foi promulgado com o objetivo de ser único, sendo o primeiro de 17 Atos impostos pelo então governo entre os anos de 1964 e 1969. O propósito do AI-1 foi o

[...] expurgo de maus elementos nos órgãos públicos, empresas estatais, universidades e no próprio exército [...] essa ferramenta permitiu que ao Estado cassasse 378 políticos, reformasse 122 oficiais, exonerou cerca de 10 mil funcionários públicos e interrogasse aproximadamente 40 mil pessoas. (KUSHNIR, 2004, p. 81).

Em 27 de outubro de 1965, cerca de um ano e meio após o primeiro ato, o AI-2 entra em vigor para atuar até março de 1967. Composto por 36 atos complementares tinha como foco a extinção de partidos políticos e o cerceamento do Judiciário, ampliando o conceito de subversão e a atuação da censura para agir pós golpe de 1964 (KUSHNIR, 2004). Conforme Stephanou (2001, p. 74) esse ato interferiu no congresso transformando-o em “um lugar de debates, desprovido de poder real (sem o poder de legislar), com partidos artificiais e despedaçado por cassações”. O ato também tornou possível ao Estado intervir nas eleições diretas para governador. O próximo ato, AI-3, “dispõe sobre as eleições indiretas e

nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados [...]” (BRASIL, 1966, documento não paginado).

O AI-5, promulgado no dia 13 de dezembro de 1968, possibilitou a cassação de mandatos, o fechamento do congresso, a suspensão dos direitos políticos e das garantias individuais. Possibilitou também condições à censura, como a proibição de atos e de manifestações de cunho político. O Ato deveria assegurar “[...] autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, **no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo** [...]” (BRASIL, 1968a, documento não paginado, grifo nosso). Destacamos os seguintes artigos do AI-5:

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio [sic] ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. [...]

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, **poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos** pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...]

Art. 5º - A **suspensão dos direitos políticos**, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado, [...]

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. [...] (BRASIL, 1968a, documento não paginado, grifo nosso).

Após a promulgação do novo ato institucional, jornais de todo o Brasil noticiaram o ocorrido, conforme vemos o exemplo do jornal Folha de São Paulo de 14 de dezembro de 1968 na figura 4:

Figura 4: Capa do jornal Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, 2018.

Com isso, tudo o que fosse considerado subversivo e contra a moral e aos bons costumes da família brasileira, estava passível de censura, assim como divulgação de informações, manifestações de opiniões, produção cultural e artística (REIMÃO, 2014). Conforme o AI-5 considera que:

[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; [...] que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição [...] (BRASIL, 1968a, documento não paginado).

O ato é instaurado após alguns acontecimentos pontuais referente a manifestações político-culturais ocorridos no país: a manifestação “Cultura contra a censura”, em fevereiro de 1968, reunindo a classe teatral após a proibição de que fossem encenadas 8 peças teatrais e a “Passeata dos Cem mil<sup>20</sup>”, em junho do mesmo ano.

Após a promulgação do AI-5, iniciam-se os chamados “Anos de Chumbo”, período em que a tortura tornou-se instrumento do governo como o último recurso para a repressão (GASPARI, 2002, documento não paginado) e também no qual

<sup>20</sup>“Em julho de 1968, o centro do Rio de Janeiro foi palco da Passeata do Cem Mil, uma das maiores manifestações de oposição à ditadura e fruto de contestação à violência imposta pela morte do estudante Edson Luis por ocasião da invasão policial-militar ao refeitório universitário Calabouço, no Rio, em 28 de março daquele ano.” (KUSHNIR, 2004, p. 72).

entre os anos de 1968 e 1978 mais de 400 livros foram censurados, conforme Silva (1989) traz em seu levantamento no livro *‘Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64’*. Como observam Reimão (2011) e Gaspari (2002), o chamado “Milagre Econômico” - período em que o Brasil teve grande crescimento econômico através de investimento de capital estrangeiro - e os “Anos de Chumbo” coexistiram. Apesar disso, Gaspari (2002, documento não paginado) ressalta que “Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.”.

Em sua pesquisa, Silva (1989, p. 36) traz o exemplo do papel dos censores em um “[...] mal-disfarçado [sic] anúncio de um estado totalitário, determinando também na arte o que os cidadãos devem ver, ler ou ouvir [...] na ambição de controlar sem prestar contas a ninguém! Nem sequer ao Judiciário.”.

Apenas no ano de 1978, ocorreu o fim da censura prévia em relação a imprensa e em 13 de outubro de 1978 o Congresso Nacional promulga a revogação do AI-5. Conforme Ventura (2008, documento não paginado) “[...] 1607 cidadãos foram atingidos diretamente e explicitamente por este Ato com punições – como cassação, suspensão direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público.”. O mesmo autor traz os seguintes dados sobre o AI-5:

Em dez anos de vigência, o AI-5 já tivera tempo de punir 1607 cidadãos, dos quais 321 cassados: seis senadores, 110 deputados federais e 161 estaduais, 22 prefeitos, 22 vereadores - mais de seis milhões de votos anulados. Além da cassação, todos os senadores e 100 deputados federais tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos. (VENTURA, 2008, documento não paginado).

No período de vigência do AI-5, segundo Ventura (2008, documento não paginado) “[...] cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de 285 telenovelas foram censurados.”. Nota-se que há divergência entre números sobre a quantidade de material censurado nos anos de vigência do Ato, mas, ainda assim, os números impressionam. Nos dez anos em que esteve em vigor, podemos afirmar o atraso no que diz respeito às artes e a liberdade de expressão e, sem dúvidas, o retrocesso no respeito aos direitos humanos.

### 3.2 Censura prévia e recolhimento de livros publicados

Quando se fala de cultura, Carneiro (2002, p. 21) explicita que no Brasil “[...] o controle da cultura foi uma questão do estado republicano.”, de forma articulada, assim como a violência física e simbólica foram parte de projetos políticos, destacando “[...] que o Brasil nunca soube lidar com a democracia.” (CARNEIRO, 2002, p. 21). Para Otero (2003, p. 15), a censura durante o regime militar foi praticada como “[...] instrumento de coerção, recurso de repressão política, defendida pelo governo militar como necessária, por razões de segurança nacional [...]” e um instrumento de controle para “[...] preservação do sistema político-ideológico que pertence a sua marca e a liquidação do pensamento divergente.” (OTERO, 2003, p. 15).

Além disso Reimão (2011, p. 22) salienta que “[...] a censura prévia, já anteriormente regulamentada para cinema, televisão, [...] e jornais impressos, se expandiu e para a totalidade do mercado editorial depois da centralização do Serviço de Censura e Diversões Públicas.”. Em sua tese de doutorado “Cães de Guarda”, que virou livro de mesmo nome, Kushinir (2004, p. 42) destaca que “[...] a existência da censura prévia à imprensa era vista pelo regime como algo proibido de ser mencionado. Sendo de conhecimento notório de um público restrito, determinava um pacto mantido em segredo mas não em total sigilo.”.

A censura prévia foi regulamentada através do Decreto Lei nº 1.077/70, baixado pelo Presidente General Médici, no qual destacam-se os seguintes trechos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e **exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes** quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.[...]

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal: [...] II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa. (BRASIL, 1970a, documento não paginado, grifo nosso).

Reimão (2011, p. 46) afirma que “A censura a livros por parte da Divisão de

Censura de Diversões Públicas foi maior quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença da censura prévia nas redações.”. A mesma autora finaliza seu trabalho afirmando que “[...] durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) a edição de livros foi, inicialmente, vítima de atos de vandalismos de direita e, a partir de 1970, coagida por uma legislação de censura prévia.” (Reimão 2011, p. 110). A censura prévia era para temas que fizessem referência “[...] ao sexo, moralidade pública e bons costumes.” (OTERO, 2003, p. 152).

Após a sua publicação houve por parte de alguns grandes autores brasileiros, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, uma oposição à censura prévia. Os autores declararam, à época, que não enviariam os originais de seus livros para os censores antecipadamente e que prefeririam publicar no exterior do que no Brasil (REIMÃO, 2011 p. 23). Com isso, foram publicadas novas instruções sobre a censura prévia que ampliavam o Decreto-lei 1.077/70, partir da Portaria 11-B. Na portaria o Art. 1º enuncia que “ A divulgação de livros e periódicos no Território Nacional fica sujeito à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.” (BRASIL, 1970b, documento não paginado). Já o Art. 11º é mais explícito em relação a determinado assunto dos livros deverão ou não passar pela censura prévia “Estão isentas da verificação prévia de que trata esta Portaria os livros e periódicos de caráter estritamente filosófico, científico, técnico ou didático, bem como os que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes.” (BRASIL, 1970b, documento não paginado). Esta portaria ampliava o poder do governo dando assim respaldo para efetuar a censura prévia de qualquer material que acreditasse se enquadrar nas temáticas não bem vistas pelo Estado.

Devemos ressaltar que o Brasil constantemente teve algum tipo de censura, sendo intensificadas no período em que o AI-5 esteve em atividade. Reimão (2011, p;16) pontua que “[...] em maio de 1961 o então presidente Jânio Quadros concedeu aos Estados o direito de exercer a censura, simultaneamente à legislação que, desde 1946, dava à Polícia Federal (PF) a responsabilidade de realizar a censura prévia a filmes, peças teatrais, discos [...]”, mas isso gerava, muitas vezes, conflito e confusão entre os poderes.

Em 1967 a censura é centralizada em Brasília - através da Lei 5.536/1968 (BRASIL, 1968b, documento não paginado), conhecida como Lei da Censura - no Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP). Essa centralização ocorreu após

a construção de um novo prédio na capital do país. A Lei 5.536/1968 que dispõe sobre a censura de obras teatrais, cinematográficas e cria o Conselho Superior de Censura, traz em seu Art. 4º que “Os órgãos de censura deverão apreciar a obra em seu contexto geral levando-lhe em conta o valor artístico, cultural e educativo, sem isolar cenas, trechos ou frases, ficando-lhe vedadas recomendações críticas sôbre [sic] as obras censuradas.” (BRASIL, 1968b, documento não paginado). Londero (2016, documento não paginado) discorre que “[...] uma diferença fundamental, portanto, entre a censura de diversões públicas e a da imprensa é a constitucionalidade da primeira e a inconstitucionalidade da segunda [...]”, além disso, Londero (2016, documento não paginado) relata que “Essa 'tradição' censória' possibilitou o regime fortalecer autoritariamente a legislação referente às diversões públicas.”

Em dezembro de 1968, entra em vigor o AI-5, editado pelo então presidente General Costa e Silva, dando início ao período mais duro da ditadura. Ainda no mesmo ano, o general Jayme Portella de Mello “[...] determinou à Polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo. Era o prelúdio [...] que decretaria o AI-5.” (GASPARI, 2002, documento não paginado). Gaspari (2002, documento não paginado) ressalta que

[...] a primeira vítima da censura fora O Estado de S. Paulo. Quase vinte horas antes da assinatura do AI-5, o chefe da Polícia Federal, general Silvio Correia de Andrade, entrou nas oficinas do velho matutino e, depois de ler o seu editorial, intitulado “Instituições em frangalhos”, mandou parar as máquinas.

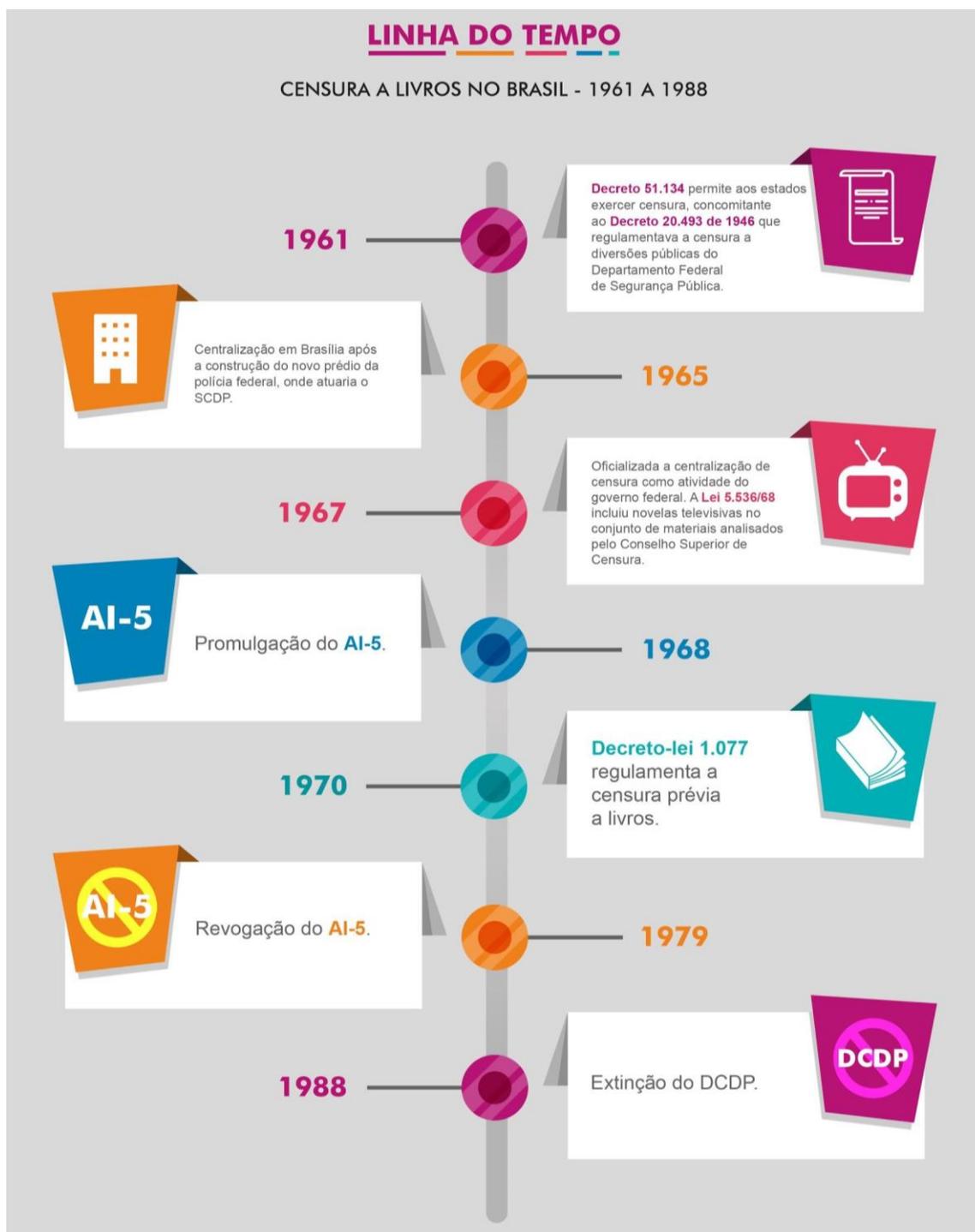
Apenas em 1978 tem-se o fim da censura prévia à imprensa, com a saída dos censores que ainda permaneciam nas redações dos jornais e revistas, e no ano de 1979 a revogação do AI-5, apesar disso a censura a livros aumenta quando a censura aos jornais e revistas termina (REIMÃO, 2011).

Ainda temos os casos de recolhimento de obras já publicadas, sendo essas recolhidas após denúncias que, conforme Reimão (2011, p. 59), “[...] originaram-se como que por acaso, a partir de denúncias de leitores comuns que se sentiram no direito de proibir os livros de que não gostavam – como era freqüente [sic].”.

Os anos passaram e podemos perceber o quão delicado ainda é o assunto da censura, quando nos vemos com a necessidade de revisitar períodos tão difíceis

para a liberdade de expressão para que assim possamos compreender e valorizar a liberdade, mesmo que com constantes tentativas de cerceamento, que temos hoje para produzir arte, literatura e jornalismo. Na figura 5, temos uma linha do tempo de como funcionou a censura no Brasil no período de 1961 a 1988, quando a Constituição de 1988 foi promulgada.

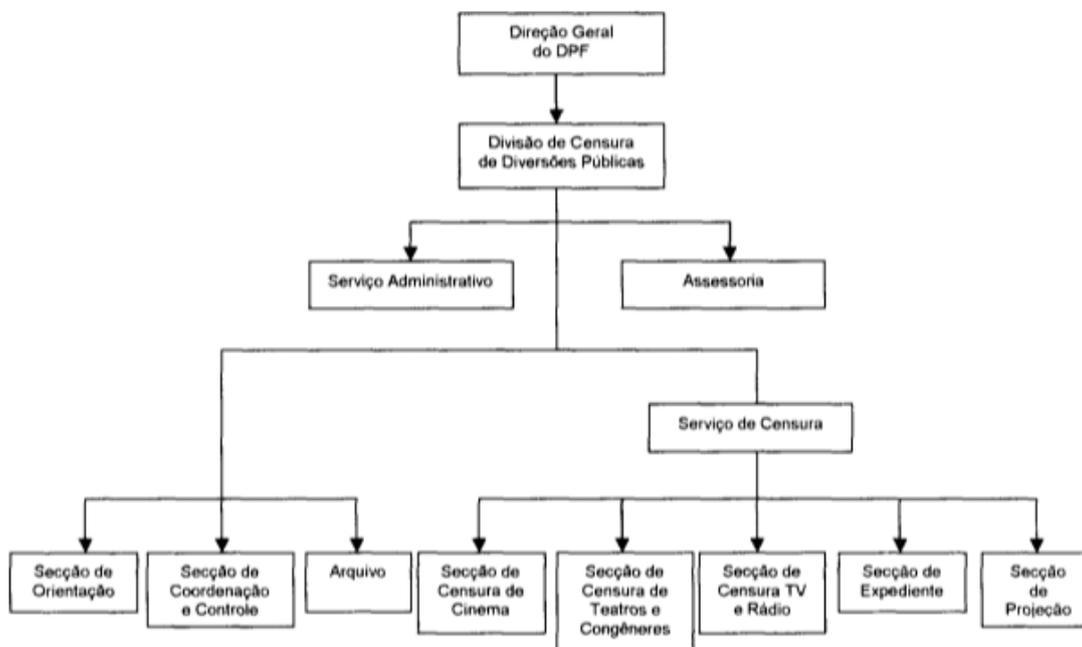
**Figura 5: Linha do tempo: Censura a livros no Brasil - 1961 a 1988**



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Reimão (2011) e arte de Charles Espolier.

A representação do censor permeia todo o período em que tivemos uma legislação que permitisse o cargo e a efetivação da censura em nosso país. A estruturação de todo o trabalho da censura, no período da ditadura brasileira, pode ser vista na figura 6.

**Figura 6 - Organograma do órgão central de censura - 1974**



Fonte: Fagundes (1975 apud Otero 2003, p. 60).

Até o ano de 1964, pela Lei 4483/64, o concurso para censor tinha como exigência segundo grau completo - hoje Ensino Médio- (OTERO, 2003). Já no ano de 1968, através da Lei 5.536/68 foi criado o cargo do técnico de censura, com a finalidade de atuar junto ao DCDP na análise dos materiais. Já é sabido que anteriormente a lei, já havia funcionários da Polícia Federal que atuavam como censores, mas com a lei, houve a criação do cargo, com exigências de formação mínima, como apresentada no art. 14:

Fica alterada para Técnico de Censura a denominação das classes integrantes da atual série de Classes de Censor Federal, Código PF-101, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal.

§ 1º Para o provimento de cargo de série de Classes de Técnico de Censura, observado o disposto no artigo 95, § 1º da Constituição, é obrigatória a apresentação de diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

§ 2º É ressalvada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos da série de classes de Censor Federal.

§ 3º É assegurada preferência, para promoção aos cargos da classe B, Nível 18, da série de classes de Técnicos de Censura, aos ocupantes de cargos de classe A, nível 17, da mesma série, portadores de diplomas dos cursos a que se refere este [sic] artigo. (BRASIL, 1968b, não paginado).

Para os antigos funcionários do SCDP que já atuavam como censores não viessem a perder os cargos, apesar da exigência de curso superior, foi criado o Curso Intensivo de Treinamento do Censor Federal, ministrado na Academia Nacional de Polícia por professores da Universidade de Brasília (UnB), da Pontifícia Universidade Católica<sup>21</sup> (PUC) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos quais constavam as disciplinas de: literatura brasileira, psicologia evolutiva e social, introdução à sociologia, comunicação e sociedade, introdução à ciência política, ética profissional, filosofia da arte, história da arte, história e técnica de teatro, técnica de cinema, técnica de televisão, segurança nacional, legislação especializada e técnica operacional (MARCELINO, 2011). Apesar da exigência de concurso público, em 1970 foram contratados 21 técnicos de censura e 81 fiscais de censura, por tabela temporária (OTERO, 2003). Otero (2003) ressalta que o aumento no contingente é explicado em função da instituição da censura prévia, através do decreto-lei 1077, sendo o quadro de funcionários expandido mais uma vez em 1973, através de chamamento de um concurso realizado (OTERO, 2003).

O papel desse funcionário tinha grande importância para manter a roda da censura girando e propagando o silêncio artístico e intelectual no Brasil. Ao final da ditadura, através da Lei 9.688/98, o cargo de técnico de censura foi extinto. A lei traz em seu art. 10 “São extintos os cargos de Censor Federal [...] e seus atuais ocupantes serão enquadrados em cargos de Perito Criminal Federal e de Delegado de Polícia Federal da Carreira Policial Federal.” (BRASIL, 1998, documento não paginado).

A ditadura civil-militar foi o período pode ser considerado um dos períodos em que mais tivemos legislações que permitissem a repressão da população. No próximo capítulo vamos abordar a análise dos pareceres dos técnicos de censura sobre os livros eróticos/pornográficos.

---

<sup>21</sup>Não foi especificado no texto se era apenas uma unidade da Pontifícia Universidade Católica que auxiliou no curso oferecido.

## 4 O PERIGOSO ATO DE ESCREVER

Vaca profana, põe teus cornos/ Pra fora e acima da manada [...]  
(VACA... ,1986, documento não paginado)

A censura de diversões públicas não foi algo que iniciou no período da ditadura militar (1964-1985). Como vimos anteriormente, ela já era regulamentada desde o período Getulista, e muitas vezes a questão era que “Deus, pátria e família serviram apenas para justificar os mecanismos de combate à subversão e, no caso específico do Governo Geisel, para ganhar legitimidade entre os setores conservadores.” (LONDERO, 2016, não paginado).

Como mostrado anteriormente na metodologia, em que foram analisadas e comparadas duas listas de livros censurados no período de 1968 e 1978, foram encontrados aproximadamente 100 livros de autores nacionais com a temática erótico/pornográfico censurados no período. Entre os livros de literatura censurados, sendo o universo escolhido para a pesquisa, os títulos com a temática erótico e pornográfico foram notavelmente os mais censurados. Autores como Adelaide Carraro, Cassandra Rios, além dos que utilizavam pseudônimos para manter o sigilo, como Dr. G. Pop e Brigitte Bijou, figuram a triste lista de títulos vetados.

A partir desse levantamento, tornou-se evidente que dentro dessa temática duas autoras se destacam em número de livros vetados pelo DCDP. Reimão (2011) relata que Adelaide Carraro e Cassandra Rios foram campeãs de vendagem nas décadas de 60 e 70, e que seus livros, por serem considerados eróticos ou pornográficos eram lidos pelo público adolescente e adulto, muitas vezes às escondidas, pois eram “livros fortes que misturavam política, negociatas e sexo, muito sexo.” (REIMÃO, 2011, p. 39). Mas ainda assim, ninguém foi mais censurada que Cassandra Rios, com isso, escolheu-se essa autora para analisar os pareceres de seus livros feitos pelos censores.

Cassandra Rios, pseudônimo de Odette Pérez Rios, nascida em São Paulo. Escreveu seu primeiro livro aos 16 anos - '*A Volúpia do Pecado*' - teve 36 livros censurados durante sua carreira, de 50 publicados, ganhando a fama de “a escritora mais proibida do Brasil” e “escritora maldita”, nome dado pela censura, foi um rótulo

bem visto pelas editoras, alavancando assim as vendas.

**Figura 7 - Escritora maldita**



Fonte: Ferreira, 1969.

Suas obras, que abordavam prioritariamente o relacionamento homossexual feminino, eram alvo constante dos censores. Para Piovezan (2005, p. XX) “A temática da homossexualidade feminina no Brasil [...] não tem sido reconhecida pela crítica. O tabu às relações homossexuais que motiva a inexistência dessa tradição marca a expressão do lesbianismo inclusive na literatura de mulheres.” (PIOVEZAN, 2005, p. 46). O tratamento dado s obras que trouxessem a homossexualidade como tema mostra que a questão moral dos censores estava fortemente envolvida na realização dos pareceres como destaca Marcelino (2011, p. 152), essas obras “[...] atraíam a violência do DCDP, auxiliando na percepção do choque de valores existente entre o avanço das perspectivas de liberalização sexual e os padrões culturais prezados pelos setores moralmente mais conservadores da sociedade.” (MARCELINO, 2011, p. 152). Com isso, percebe-se que esses códigos culturais não eram somente uma questão governamental, aqui representadas por seus órgãos de repressão, mas partilhada com o pensamento de uma parcela da população brasileira.

Essa “perseguição” do órgão de censura fez com que Cassandra atingisse dois extremos: tornar-se uma das escritoras mais vendidas do Brasil - a primeira a atingir a marca de 1 milhão de livros vendidos - ao mesmo tempo em que era uma das escritoras mais censuradas. (MARCELINO, 2011, p. 151). Cassandra estava

em um elevado patamar de vendas, sendo, à época, a única mulher no Brasil a viver da escrita de livros e “[...] mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a acompanhavam.” conforme destaca Ribeiro (1970 apud MARCELINO, 2011, p. 151) em reportagem a Revista Realidade.

Com sua importância na literatura brasileira do período, Cassandra Rios, seus livros e sua subversão “[...] demonstraram outras possibilidades de sociabilidade, de afetividade e de vivência fora dos padrões estabelecidos naquela época.” (PIOVEZAN, 2005, p. 73). Além disso, Piovezan (2005, p. 73) também ressalta que

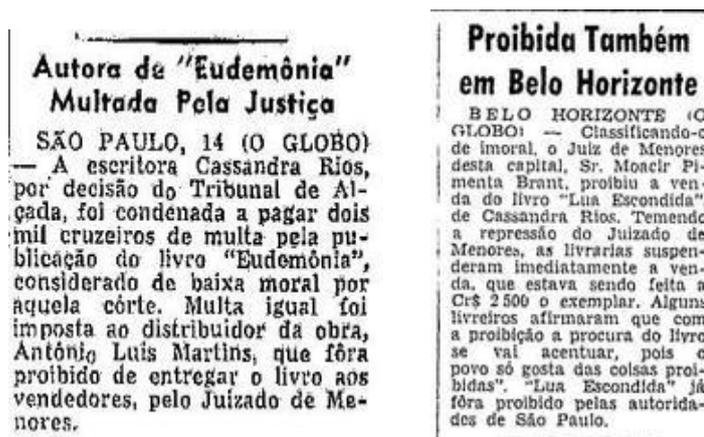
A continuada existência e renovação da sua obra frente ao autoritarismo e à censura do regime militar representa uma contribuição inestimável ao processo de constituição das identidades homoeróticas femininas no Brasil, precisamente no momento histórico em que se inicia o declínio do patriarcalismo, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e ampliam-se os espaços, produtos e serviços voltados para uma diversidade de tipos de consumo.

Em muitos casos, a censura causava o efeito reverso<sup>22</sup>. Em dado momento, as editoras perceberam que a fama de “a autora mais proibida no Brasil” poderia vir a resultar também em um número maior de procura por seus títulos e, conseqüentemente, resultaria em vendas. Na figura 6, temos duas notas de jornal em que Cassandra Rios foi notícia pela censura de seus livros. A primeira de 14 de novembro de 1964 e a segunda de 16 de maio de 1966, ambas do jornal O Globo:

---

<sup>22</sup> O efeito Streisand (em inglês: *Streisand effect*) é um fenômeno social em que uma tentativa de ocultar, censurar ou remover algum tipo de informação se volta contra o censor, resultando na vasta replicação da informação, muitas vezes facilitada pela Internet. Exemplos de tais tentativas incluem censurar uma fotografia, um número, um vídeo, um arquivo ou um site. Ao invés de serem suprimidas, a informação rapidamente recebe uma extensa publicidade, sendo largamente publicadas em diversas outras fonte[...] (EFEITO STREISAND, 2020).

Figura 8 - Notas de jornal sobre Cassandra Rios (1964 e 1966)



Fonte: O Globo, 2013.

Através do levantamento dos livros mais censurados no período escolhido para a presente pesquisa, Cassandra Rios tem a maior quantidade de vetos. No quadro 2 foram destacadas as seguintes obras que tiveram seus pareceres de censura analisados neste trabalho: 'As Traças', 'Copacabana posto 6 - a madrasta', 'Volúpia do pecado' e 'A Paranóica'.

Quadro 2: Lista de livros vetados de Cassandra Rios

Título do livro	Ano de publicação	Órgão censor
As traças	1975	DCCDP
Copacabana posto 6 - a madrasta	1975	DCCDP
Marcella	1975	DCCDP
Uma mulher diferente	1975	DCCDP
A borboleta branca	1976	DCCDP
A breve estória de Fábria	1976	DCCDP
A sarjeta	1976	DCCDP
Georgette	1976	DCCDP
Nicoleta ninfeta	1976	DCCDP
Tessa, a gata	1976	DCCDP

Veneno	1976	DCDP
<b>Volúpia do pecado</b>	1976	DCDP
<b>A paranóica</b>	1978	DCDP
O prazer de pecar	1979	DCDP Sem parecer
Macária	-	sem parecer
Tara	-	sem parecer
As serpentes e a flor	-	sem parecer

Fonte: Elaborado com base em Marcelino (2011) e Lima (2016).

O quadro 2 mostra os documentos selecionados para a análise negritados. Os ofícios 1.444/75 e 1.447/75 são considerados de fonte primária, pois foram encontrados em busca feita na base de dados do Arquivo Nacional, no Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas. Esses dois documentos tratam de cartas enviadas para o ministro da Justiça, Armando Falcão, como forma de oficializar as denúncias recebidas dos livros. Os pareceres 1720/75, 1711/75 e 73/78 foram retirados do livro *‘Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar’*, de Sandra Reimão (2011) e o parecer 79/76 foi retirado do livro *‘Subversivos e pornográficos: censura a livros e diversões públicas nos anos 1970’*, de Douglas Attila Marcelino (2011), ambos considerados fontes secundárias. Optou-se por utilizar esses pareceres de fontes secundárias a partir da dificuldade em encontrar documentos do período proposto para a pesquisa digitalizados no acervo do Arquivo Nacional. Isso se dá pela não digitalização de todos os documentos de posse do Arquivo Nacional, por motivos de falta de pessoal e, também, da perda, extravio e destruição de documentos do período da ditadura militar.

**Quadro 3: Documentos selecionados para a análise (período 1968 - 1978)**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Livro</b>	<b>Palavras-chave</b>
- Ofício DCDP 1.444/75 - Parecer DCDP 1720/75	As traças	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ofensiva moral e bons costumes</li> <li>● valores</li> <li>● homossexualidade</li> <li>● lesbianismo<sup>23</sup></li> </ul>
- Ofício DCDP 1.447/75 - Parecer SCDP 1711/75	Copacabana posto 6 - a madrasta	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ofensiva à moral bons costumes</li> <li>● valores</li> </ul>
- Parecer DCDP 79 / 76	Volúpia do pecado	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relações homossexuais</li> <li>● Desvio de conduta sexual</li> </ul>
- Parecer DCDP 73/78	A paranóica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Homossexualidade</li> <li>● Violência</li> <li>● Sexo</li> </ul>

Fonte: a autora.

A partir do material selecionado, foi feita a análise dos pareceres e ofícios, fazendo a conexão com os capítulos teóricos anteriormente apresentados no neste trabalho, os quais serão apresentados a seguir.

### *Livro As Traças*

O ofício nº 1.444/75, do dia 06 de novembro de 1975 (Anexo A), direcionado ao então ministro da justiça Armando Falcão e assinado por Moacyr Coelho, diretor-geral da Polícia Federal, faz considerações sobre o livro intitulado ‘*As traças*’ (figura 9), de Cassandra Rios. O documento destaca que o livro possui “[...] matéria ofensiva à moral e aos bons costumes [...]” e também que a narrativa é uma “[...] literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira.”.

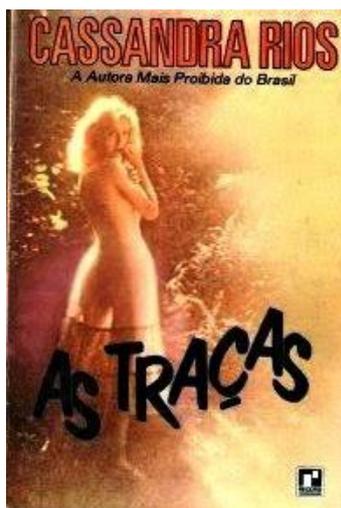
Podemos notar que há no documento uma definição subentendida do que é a moral e o que é uma ameaça aos valores. Como Marcelino (2011, p. 174) argumenta “A tentativa de utilizar um ‘bem público’ (a censura) para resolver um

<sup>23</sup>Do ponto de vista ortográfico, a palavra está com a grafia correta. Apesar disso o sufixo “ismo” é designado para patologia, o que que pode ser visto que a palavra está relacionada a doença, o que não é correto.

caso da esfera privada (como a educação ética e moral dos filhos) é algo facilmente perceptível em boa parte das cartas que chegavam à censura.” como é o caso dos ofícios, aqui analisados, enviados ao ministro da justiça. La Taille (2006, p. 106) reforça que “[...] a moral é sempre uma determinada moral, portanto, comprometida com determinados valores, princípios e regras [...]” e isso reforça a ideia de que a moral é algo construído em conjunto, mas, ao mesmo tempo, unitarizado. O autor ainda diz que “[...] pensar que todos e quaisquer valores morais assumidos por diversas culturas ou pessoas (e as regras de conduta decorrentes) equivalem-se, sendo impossível estabelecer uma hierarquia entre eles ou considerar alguns como imorais.” (LA TAILLE, 2006, p. 107).

O mesmo livro recebeu o veto no parecer nº 1.720 datado de 29 de outubro de 1975 (Anexo B). Em seu parecer, a censora do DCDP discorre sobre pontos da narrativa feita no livro *‘As traças’*. A censora afirma que as “taras homossexuais”, a utilização de “drogas”, a afirmação da autora de que o “lesbianismo é uma condição normal a mulher” indo de encontro “de maneira frontal, [a] um padrão moral consagrado pela nossa sociedade”. Com isso, a censora opta pelo veto do material com base no Decreto-Lei nº 1.077. Lacerda, Pereira e Camino (2002) identificaram cinco conjuntos de crenças sobre a natureza da homossexualidade, essas fundamentais para a compreensão das atitudes em relação aos homossexuais: a) biológico - fatores hereditários, hormonais ou mesmo gestacionais ; b) psicológico - a explicação da homossexualidade com base em fatores psicológicos; c) psicossocial - fatores identitários; d) religioso - relaciona ao pecado e falta de fé e e) ético-moral - relacionadas a falta de respeito, caráter e violação dos valores. Ressaltamos aqui que o estudo relaciona a crença das pessoas para tentar explicar a natureza do preconceito. Com essa explicação é possível relacionar a todos os pareceres aqui analisados, já que todos os livros vetados são enquadrados no Decreto-lei nº 1.077/70 que permite a censura de materiais que vão de encontro à moral e aos bons costumes estipulados pelo Estado.

**Figura 9: Livro As traças**



Fonte: Skoob, [2020a].

### *Livro Copacabana Posto 6 - a madrasta*

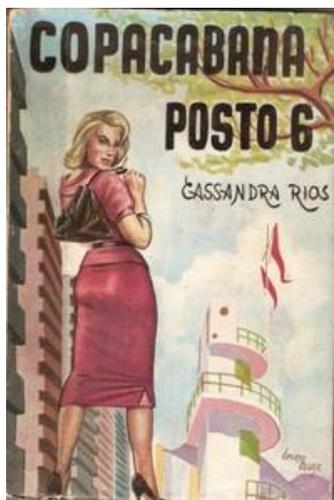
Publicado no ano de 1972, em um momento em que a censura de diversões públicas estava fortemente ativa, o livro *'Copacabana Posto 6 - a madrasta'* (figura 10), traz a história de uma mulher de classe média assumidamente lésbica.

O ofício nº 1.447/75 (Anexo C) traz em seu texto a mesma “preocupação” em relação a moral e aos bons costumes que vimos no ofício do livro *'As Traças'*. Moacyr Coelho, que redigiu a carta e tinha o cargo de Diretor Geral da PF, utiliza as mesmas palavras e praticamente o mesmo texto do ofício anterior, o que nos leva a crer que era um modelo de carta a ser enviada para o ministro Armando Falcão. No parecer 1711/75 (Anexo D), assinado pela censora Marina Duarte no dia 27 de outubro de 1975, trata a obra como trazendo uma “Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente, principalmente pela conquista lésbica [...] e o duplo suicídio no final”. A censora também acusa Cassandra de tentar com “citações bíblicas subverter conceitos morais [...] para justificar o tema a que se propôs”. Com essas justificativas, mais um livro de Cassandra recebe o veto com base no Decreto-lei nº 1.077/70.

As justificativas aqui utilizadas pela censora demonstram o enraizamento de uma moral em que parte do governo e população acreditavam que eram os corretos. Ao utilizar as palavras de Cassandra para justificar que a “conquista lésbica” é um erro, Marina mostra claramente que o seu preconceito era um determinante para a

não aprovação da obra. Com esse pensamento, La Taille (2006, p. 108) diz que “[...] indivíduos legitimam os valores e normas impostas pela cultura na qual vivem [...]”, e com isso podemos perceber que o considerado errado ou até mesmo “aberração” é apenas o preconceito por parte dos censores que não conseguem, e muitas vezes não querem, enxergar além de suas vivências.

**Figura 10: Livro Copacabana posto 6 - a madrastra**



Fonte: Skoob, [2020b].

### *Livro Volúpia do pecado*

O primeiro livro de Cassandra, escrito com apenas 16 anos de idade, no ano de 1948, recebeu parecer com veto apenas no ano de 1976, 28 anos após seu primeiro lançamento. O livro narra a história de descobertas de adolescentes quanto à sexualidade (figura 11).

O livro, que recebeu o parecer de veto número 79/76 em 10 de fevereiro de 1976 (Anexo E), mostra como os censores viam de forma depreciativa as obras de Cassandra, chamando-as de sublitérias e ao mesmo tempo reconhece o quanto a escritora tem um alto índice de vendagem:

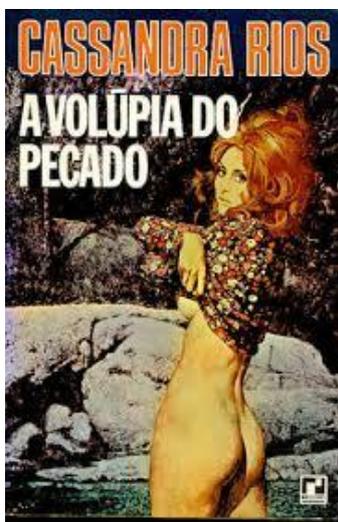
A autora descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações **sublitérias**, onde prefere dar ênfase aos segredos “caça-níqueis” do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual. (grifo nosso).

O parecer também explicita a opinião de que a homossexualidade era um

“desvio de conduta sexual” e em outro momento trata como “aberração sexual”, o que faz perceber que o relacionamento de pessoas do mesmo sexo é associado a problemas psicológicos, pois ia ao encontro com o que eram os padrões culturais da sociedade moralmente conservadora e, com isso, ao “[...] criticar seus comportamentos e atitudes; poder-se-ia muito bem chamá-la ‘imoral’ [...]” (LA TAILLE, 2006, p. 108).

Já no final do parecer, o censor admite que a linguagem “[...] não contém excessos na simples exposição de idéia [sic]” mas que “[...] as cenas de tribadismo entre as personagens extrapola[m] qualquer tipo de tolerância.”. Esse trecho mostra que os censores tinham um alinhamento com o pensamento dessa parcela da população conservadora da época e que considerava obras com esse material ofensivas.

**Figura 11: Livro A volúpia do pecado**



Fonte: Skoob, [2020c].

### *Livro A paranóica*

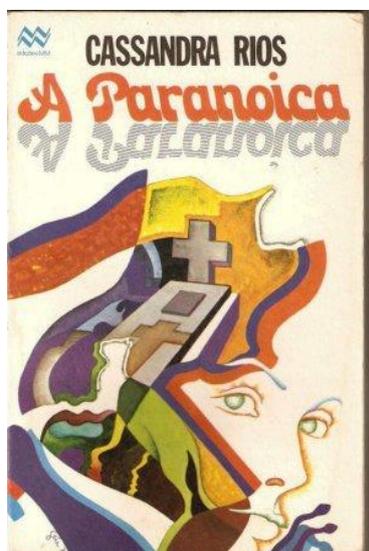
No parecer número 73/78 (Anexo F), de 27 de dezembro de 1978 do livro ‘A paranóica’ (figura 12), publicado no ano de 1976, apresenta uma outra característica que era vista como passível para o veto. Não apenas as relações homoafetivas foram consideradas impróprias, mas a descrição de relações “sexuais serem feitas nos mínimos detalhes” também, como o censor coloca no parecer. Isso demonstra que não somente as relações homossexuais eram contraditórias à moral dos censores, mas a relação sexual em si também ofendia. Conforme Hunt (1999, p.

39) argumenta que “[...] ao representar transgressão social, além de uma espécie de hiper-realismo, a linguagem obscena cria o fetichismo de certos vocábulos relacionados ao sexo [...]” e afirma que “[...] a ênfase no realismo transforma-se, paradoxalmente, em uma forma grotesca [...] e o ato sexual é uma espécie de frenesi improvável.”. Essa fala de Hunt explica o que ofendia os censores e as pessoas da época, uma sociedade patriarcal, machista e que colocava a religiosidade nas decisões. O que ofendia era o imaginário de que o ato sexual em si era obsceno e negativo, que o corpo e o prazer eram vistos como algo errado e impuro.

O censor relata que a obra contém “[...] homossexualismo [sic], violência e o conteúdo do livro é deprimente [...]”, fazendo com que, esses três aspectos, sejam o suficiente para desaprovar o material e taxá-lo com a proibição, também com base no Decreto-lei nº 1.077/70. Ao utilizar desse argumento, o censor determina que as explicações ético-morais demonstram as crenças de que a homossexualidade está diretamente relacionada à falta de caráter e também à falta de respeito e de valores morais. Cândido (2004, p. 176) afirma que “[...] o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas.” e este poder que o livro tem transforma e empodera as pessoas.

A determinação do que é moral, como vimos no capítulo 2, é subjetiva e pode ter diferentes concepções dependendo do contexto cultural em que o sujeito está inserido.

**Figura 12: Livro A paranóica**



Fonte: Skoob, [2020d].

## 5 AS HISTÓRIAS FICAM

A gente quer ter voz ativa/ No nosso destino mandar/ Mas eis que chega a roda viva/ E carrega o destino pra lá [...] (RODA..., 1968, documento não paginado).

Ao chegarmos ao final deste estudo, é importante retomar as questões que nos levaram a construção do mesmo. O problema de pesquisa era quais são as características presentes na literatura erótico/pornográfica censurada no período da ditadura civil-militar e por que eram passíveis de proibição. Durante o percurso de elaboração deste trabalho procuramos encontrar boas fontes que auxiliassem para a resolução deste problema.

O tema censura se mostra pertinente para a formação do profissional bibliotecário e sua futura atuação em centros de informação. O acesso à informação do público, a liberdade de escolha do que ler deve ser a prioridade no atendimento, antes da nossa posição política ou religiosa. Cândido (2004) argumenta que a literatura é um direito, assim como a alimentação, pois nos torna seres mais críticos e assim menos vulneráveis a imposições. Muitas vezes nos vemos em dilemas diante das demandas que chegam e a tentativa de imparcialidade é um fator determinante para o desenvolvimento de um acervo.

Durante a construção do então projeto de pesquisa, que levou a realização deste trabalho de conclusão de curso, fui questionada pela professora que ministrava a cadeira: como agir com um usuário que solicita um material como '*Mein Kampf*', de Adolf Hitler, ou um livro que fale sobre construção de bombas? Minha resposta foi que mesmo sabendo que o atendimento nunca é imparcial, que existem sim assuntos delicados que devemos ter cuidado, mas que ele deve ser o mais livre de julgamentos, atendendo assim da melhor maneira possível o público. A questão da censura a um material específico, pelo simples fato que o bibliotecário não gosta de determinada temática ou autor. Devemos manter uma vigília pessoal para que a nossa atuação, enquanto bibliotecários, não sofra a interferência de nossas preferências ou preterições em relação a determinadas temáticas, livros e autores.

No decorrer do trabalho trouxe autores que estudaram sobre o assunto para auxiliar na argumentação, apresentando quais são as definições de ética e moral, como elas interferem na nossa construção como indivíduo e sociedade, de que

maneira a instituição Igreja Católica interferiu por séculos no pensamento e na privação de acesso ao conhecimento. Também em como interferiram, direta e indiretamente, na política, nas definições de certo e errado, de moral e imoral, do que ia contra à família. A Igreja censurou, criando o *Index* de livros proibidos que permaneceu válido por séculos.

Para elucidar o período em que o trabalho teve o seu foco, o capítulo 3 explicou como foi o sistema político no Brasil, desde o período anterior ao golpe de 1º de abril de 1964, dando início a longos 35 anos em que as forças armadas estiveram a frente do governo, utilizando do poder para torturar, perseguir e censurar. Impediram o desenvolvimento livre de toda uma geração de escritores, artistas e intelectuais com o discurso que hoje ouvimos novamente: pela preservação da moral e dos bons costumes, à defesa da família, à manutenção do país livre da ameaça comunista.

Durante o percurso para a realização do presente trabalho, os objetivos criados foram atendidos e respondidos com a análise dos pareceres e cartas enviadas ao ministério da justiça. Podemos ver como as palavras e ações das personagens dos livros feriam os conceitos do que era ético e moral para um determinado grupo de pessoas. Esses servidores eram treinados para avaliar obras, definindo para todo um país o que seu povo podia ler ou não. Durante o levantamento chegamos a uma lista ainda maior de livros censurados no período do que a lista inicialmente utilizada. Isso ocorre porque os arquivos da época da ditadura ainda recebem tratamento dos funcionários do Arquivo Nacional. Os números são assustadores: 689 obras vetadas de acesso ao público, proibidas pelo simples motivo de ir de encontro ao que era considerado correto (Anexo I). Este número está na dissertação de Kelly Pereira de Lima sendo, até o momento, a lista mais completa encontrada de livros censurados.

Os resultados alcançados durante o percurso da pesquisa mostram como o tema da censura ainda tem muito a ser estudado. Os dados recolhidos e tratados na análise elucidaram o funcionamento do serviço de censura, a forma como as obras eram analisadas pelos censores e como eram julgadas pelos mesmos. Pensar que a literatura pode ser considerada perigosa para o Estado, demonstra a fragilidade de quem o governa. Sendo assim, é atingido o objetivo geral objetivo geral que se propunha analisar os pareceres e denúncias sobre os livros

erótico/pornográficos censurados, especialmente no período em que o AI-5 esteve em vigor, assim como os específicos, como o A com a seleção e análise de materiais pertinentes para a pesquisa. No objetivo B com a identificação dos títulos e autores censurados na temática erótico/pornográfico e sua trajetória posterior à censura, no qual vimos o número de obras censuradas da escritora Cassandra Rios e assim atingir o objetivo C identificando as temáticas abordadas nas obras que, em sua maioria, eram as relações homoafetivas. Por fim para o objetivo D é feita o estudo das justificativas dos censores, a partir dos pareceres de veto selecionados e analisados e assim foi possível compreender o porquê as obras acabavam recebendo o veto de publicação.

Como dito anteriormente neste trabalho, a censura da literatura levando em conta que a moral e os bons costumes se sentem atacados, não terminou junto com a abertura política do Estado e o fim dos anos de chumbo. A escritora Luisa Geisler e seu livro '*Enfim, capivaras*', censurados na cidade de Nova Hartz/RS no ano de 2019, comprova isso. O livro - que trata de dilemas e frustrações adolescentes, a descoberta da sexualidade - não foi bem visto por políticos conservadores da cidade. A escritora, que havia sido convidada a participar e conversar com alunos sobre a obra durante a feira do livro que ocorreu na cidade, foi desconvidada com a justificativa de que o material continha "linguajar inadequado" (GABRIEL, 2019, documento não paginado). A liberdade de expressão, tão falada nos dias de hoje e muitas vezes utilizada para agredir o outro, tem a importância crucial para a construção de uma sociedade.

O assunto ainda tem muito a ser explorado pela área da Ciência da Informação, de forma a investigar melhores formas de atuação e formação dos futuros profissionais da área e mesmo na formação continuada. É preciso que assuntos como esse, de relações de poder entre governo e população, sejam constantemente debatidos para que não sejam esquecidos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Conheça o conselho nacional de arquivos. 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/471-conarg>. Acesso em 10 jul. 2020.

AUTORITARISMO. *In*: Michaelis dicionário brasileiro da língua portuguesa. 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=autoritarismo>. Acesso em 6 set. 2020.

BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, Matheus. Exposição de charges sobre Bolsonaro é retirada da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. **G1**, Rio Grande do Sul, 03 set. 2019. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/09/03/exposicao-com-charges-sobre-bolsonaro-e-retirada-da-camara-dos-vereadores-de-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

BECK, Matheus. Escritora gaúcha diz que teve participação em feira do livro de nova hartz cancelada por “linguajar inadequado”. **G1**, Rio Grande do Sul, 13 nov. 2019. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/11/13/feira-do-livro-de-nova-hartz-cancela-convite-a-escritora-gaucha-e-editora-critica-censura.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGES, Jussara.; SILVA, Helena Pereira da. Democracia eletrônica e competência informacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 16, n. 1, p. 129-137, 1 jan. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/448/1500>. Acesso em: 16 out. 2020.

BORRALHO, J. H. P. O livro como objeto de um tipo de conhecimento: Censura e resistência. Um estudo de caso no Maranhão colonial. *In*: FERREIRA, M. M. (Org.). **Livro, leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017.

BRAGA, Natália. Quais livros já foram proibidos pela Igreja Católica? **Super interessante**, 18 ago. 2014. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-livros-ja-foram-proibidos-pela-igreja-catolica/>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº. 3, de 5 de fevereiro de 1966.** Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm). Acesso em 16 out. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968.** São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1968a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. **Lei 5.536, de 21 de novembro de 1968.** Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1968b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5536.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5536.htm). Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº1.077, de 26 de janeiro de 1970.** Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. 1970a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm). Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. **Portaria 11-B.** Brasília, DF: Presidência da República. 1970b Art. 11. Disponível em: [http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/CensuraFev19/BR\\_RJANRIO\\_TT\\_0\\_JUS\\_AVU\\_0103\\_d0001de0001.pdf](http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/CensuraFev19/BR_RJANRIO_TT_0_JUS_AVU_0103_d0001de0001.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.688, de 6 de julho de 1998.** Dispõe sobre a extinção dos cargos de Censor Federal e sobre o enquadramento de seus atuais ocupantes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9688.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9688.htm). Acesso em 20 set. 2020.

CAMAZANO, Priscila. Leitores postam fotos de livros censurados pelo governo de Rondônia. Folha de São Paulo, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/02/leitores-postam-fotos-de-livros-censuradas-pelo-governo-de-rondonia.shtml>, Acesso em: 20 out. 2020.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Instituto Estadual do Livro, 1994.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura: *In: Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas**. São Paulo: Ateliê Editorial / FAPESP, 2002.

CIECELSKI, Ana Paula Rodrigues. **Memória social nos livros didáticos de história: Nazismo e Segunda Guerra Mundial**. 2019. 137 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199547>. Acesso em: 16 out. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. v. 3. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

COMPORTAMENTO geral. Intérprete: Gonzaguinha. Compositor: Gonzaguinha. *In: Luiz Gonzaga Jr. Intérprete: Gonzaguinha. [S.l.]: EMI Music Brasil, 1973. Álbum eletrônico. Faixa 9.* Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7KKnetKXJtOIGtk7FXo4X?si=gfC-xizsTz-EFJeOX0DBPA>. Acesso em 17 out. 2020.

DIRETAS JÁ. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. São Paulo: FGV, [200?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 6 set. 2020.

DITADURA MILITAR BRASILEIRA. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ditadura\\_militar\\_brasileira&oldid=59352112](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ditadura_militar_brasileira&oldid=59352112). Acesso em: 15 set. 2020.

EFEITO STREISAND. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Efeito\\_Streisand&oldid=58500091](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Efeito_Streisand&oldid=58500091). Acesso em: 16 out. 2020.

ESTADO. *In: Michaelis dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estado/>. Acesso em 6 set. 2020.

ESTADO SECULAR. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Estado\\_secular&oldid=59159944](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Estado_secular&oldid=59159944). Acesso em: 5 out. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA, Maria José. Elas são escritoras malditas. **Revista Manchete**. São Paulo, v. 921, 1969.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A educação moral e cívica e sua produção didática**: 1969-1993. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10549>. Acesso em: 16 out. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1968: Governo federal baixa AI-5 e decreta fechamento do congresso nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/12/1968-governo-federal-baixa-ai-5-e-decreta-fechamento-do-congresso-nacional.shtml>. Acesso em: 5 set. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Marcelo Crivella manda censurar HQ de vingadores na Bienal do Livro, no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

GABRIEL, Ruan de Souza. POR QUE O LIVRO DE LUISA GEISLER ASSUSTOU TANTO UMA CIDADEZINHA GAÚCHA? **Época**, 16 nov. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ruan-de-sousa-gabriel/por-que-livro-de-luisa-geisler-assustou-tanto-uma-cidadezinha-gaucha-24084754>. Acesso em: 20 set. 2020.

GASPARI, Elio. **Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO. Doria manda recolher apostila de ciências que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero'. **G1**, São Paulo, 3 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. **Revista Direito Práxis.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1760-1787, julho 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/21373>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GONTIJO, Eduardo Dias. Os termos 'Ética' e 'Moral'. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 7, p. 127-135, nov. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272006000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2020.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. (ed.). **Pequeno dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.

HUNT, Lynn. Obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800. *In*: HUNT, Lynn (org). **A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade 1500 - 1800**. São Paulo: Hedra, 1999.

INDEX LIBRORUM PROHIBITORUM. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Index\\_Librorum\\_Prohibitorum&oldid=58916365](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Index_Librorum_Prohibitorum&oldid=58916365). Acesso em: 31 jul. 2020.

INFELISE, Mario. **Libros prohibidos: una historia de la censura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LACERDA, Carlos. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. São Paulo: FGV, [200?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>. Acesso em: 6 set. 2020.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, p. 165- 178, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018>. Acesso em: 15 set. 2020.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de bibliotecas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal Fluminense. 2016 Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10857>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LONDERO, Rodolfo Rorato. **Pornografia e censura: Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970**. Londrina: EDUEL, 2016.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**: censura a livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 2011.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968 – 1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. **Revista Estudos Lingüísticos**, n. XXXV, p. 234-243, 2006.

Disponível em:

<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/169.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MEDINA, Cremilda. **As múltiplas faces da censura**. In: MINORIAS SILENCIADAS: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.

MENDONÇA, Heloísa. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. **El país**, São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html)

Acesso em: 04 out. 2020.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo, 1998.

NADA será como antes. Intérpretes: Beto Guedes e Milton Nascimento.

Compositor: Milton Nascimento e Ronaldo Bastos. In: Clube da Esquina.

Intérpretes: Beto Guedes e Milton Nascimento. [S.l.]: EMI-Odeon Brasil, 1972.

Álbum eletrônico. Faixa 20. Disponível em:

<https://open.spotify.com/track/3o3fm0en7kMOBzR1YgKNFS?si=rq0QXwl4QCyweify4Loyw>. Acesso em: 24 set. 2020.

NOVINSKY, Anita. **Os regimes totalitários**. In: MINORIAS SILENCIADAS: história da censura no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002.

O GLOBO. Nos anos 70 ninguém foi mais censurado que Cassandra Rios.

Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-70-ninguem-foi-mais-censurado-no-brasil-do-que-cassandra-rios-10425009> Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Brum de. **Atentados à memória**: o caso da guerra do Iraque em 2003. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) -

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10183/134815>. Acesso em: 21 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ORIENTANDO. **O que significa LGBTQIAP+**. Disponível em:

<https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/>. Acesso em: 16 out. 2020.

OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2011.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar: 1964-1978**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7262>. Acesso em: 5 set. 2020.

PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/6057>. Acesso em: 05 set. 2020.

PODRES poderes. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. *In*: Minha história. Intérprete: Caetano Veloso. [S.l.]: Universal music, 1993. Álbum eletrônico. Faixa 4. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4ekGYMHA1FqHvzmibxxaO?si=C0chijwgRky8cUzh6XFXEg>. Acesso em: 7 set. 2020.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo, SP: EDUSP, 2011.

REIMÃO, S. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 75-90, 1 jan. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684>. Acesso em: 01 nov. 2019.

RODA viva. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Francisco Buarque de Hollanda. Intérprete: Chico Buarque. *In*: Chico Buarque de Hollanda vol. 3. Intérprete: Chico Buarque. [S.l.]: Som livre, 1968. Faixa 6. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/06ND7qqsmIRCuWdQNQIITE?si=PT70vNcsQ8K63nq5DYT0AQ>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. Cia das letras: São Paulo, 2014.

SKOOB. [As traças]. [2020a]. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/as-tracas/87498/edicao:96650>. Acesso em: 20 out. 2020.

SKOOB. [Copacabana posto 6 – a madrasta]. [2020b]. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/copacabana-posto-6-87458ed96606.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

SKOOB. [Volúpia do pecado]. [2020c]. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/volupia-do-pecado-87492ed96642.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

SKOOB. [A paranóica]. [2020d]. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/a-paranoica-87466ed96615.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>. Acesso em: 16 out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições indiretas. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/eleicao-indireta>. Acesso em: 30 set. 2020.

VACA profana, Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. *In*: Totalmente demais. Intérprete: Caetano Veloso. [S.l.]: *Universal music*, 1986. Álbum eletrônico. Faixa 1. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7B5AC3Jw9yshCT9zIWzlb5?si=hDQX62eYRvm1X81esTkt3g>. Acesso em: 20 out. 2020.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Barcelona, Espanha: Planeta, 2008.

## ANEXO A – Ofício nº 1.444/75

BU 143 1350 N.2. AGU. COM. CSO. 577, N. 1/1

OFÍCIO Nº 1.444/75-DCDP.

Brasília, DF., 06 de novembro de 1975

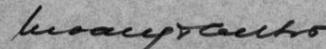
Senhor Ministro:

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência um exemplar do livro "AS TRAÇAS", de autoria de Cassandra Rios, que por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, conforme ressalta o parecer anexo, está sujeito à medida prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970.

2. Nesta hora em que o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente, de acordo com o que preceitua o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero.

3. É o que tenho a honra de propor à Vossa Excelência, que se dignará, entretanto, de resolver como julgar mais acertado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



MOACYR COELHO

Diretor-Geral do DPF

Excelentíssimo Senhor  
Ministro ARMANDO FALCÃO  
Ministério da Justiça

N E S T A

RN/apf

## ANEXO B – Parecer nº 1.720



SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARCEER Nº 1720

TÍTULO: "AS TRAÇAS"  
AUTORA: CASSANDRA RIOS  
EDITORA: MUNDO MUSICAL LTDA.  
CLASSIFICAÇÃO: VETADO

O presente livro versa sobre as taras homossexuais de uma professora por suas alunas. Após várias vítimas, a mesma fixa-se numa jovem, filha de um ex-colega de ministério.

Sucumbida pelo magnetismo da professora, a jovem cede, passando a viver em extremo conflito, negligenciando os estudos e refugiando-se em drogas. Profundamente intoxicada, a moça é internada. Após recobrar a consciência, ela escuta um diálogo entre sua mãe e a tal professora, diálogo êsse que comprova já ter havido entre as duas o mesmo caso.

CONCLUSÃO: No livro em epígrafe fica evidenciada uma mensagem negativa sobre todos os aspectos, inclusive porque a autora afirma que o lesbianismo é a verdadeira condição normal da mulher. Contraria assim, de maneira frontal, um padrão moral consagrado pela nossa sociedade.

Isto posto, recomendamos o VETO para o referido livro, com base no Art. 1º do Decreto-Lei Nº 1.077.

rio, 29 de outubro de 1975

*Katia Vieira*  
Katia Vieira

Rec. de Censura Cart. 77

## ANEXO C – Ofício nº 1.447/75

BU AM, BSO NS. AGU. COB. CSO. STS, P. 1/1

OFÍCIO Nº 1.447/75-DCDP.

Brasília, DF., 06 de novembro de 1975

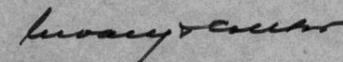
Senhor Ministro:

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência um exemplar do livro "COPACABANA POSTO 6" A MADRASTA, de autoria de Cassandra Rios, que por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, conforme ressalta o parecer anexo, está sujeito à medida prevista no artigo 3º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970.

2. Nesta hora em que o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente, de acordo com o que preceitua o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero.

3. É o que tenho a honra de propor a Vossa Excelência, que se dignará; entretanto, de resolver como julgar mais acertado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



MOACYR COELHO

Diretor-Geral DPF

Excelentíssimo Senhor  
Ministro ARMANDO FALCÃO  
Ministério da Justiça

**N E S T A**

RN/apf

## ANEXO D – Parecer nº 1711



SERVICO PÚBLICO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER, nº 1711

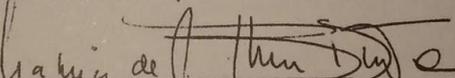
CONTEÍDO: LIVRO  
TÍTULO: " COPACABANA POSTO 6 " A MADRASTA.  
AUTORA: CASSANDRA RIOS  
EDITORIA: MUNDO MUSICAL LIMITADA  
CLASSIFICAÇÃO: V E T A D A

O livro da senhora Cassandra Rios é um romance sobre uma jovem lésbica, suas conquistas e seu ambiente familiar. Suas atitudes são referendadas como a causa de seu desajuste. Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente principalmente pela conquista lésbica da heroína junto à madrasta e o duplo suicídio final.

À página 200,201, 202 a autora tenta com injustificadas citações Bíblicas subverter conceitos morais em uma infeliz sub literatice para justificar o tema a que se propos. O poder econômico é, também um fatal coator, segundo ela, das anomalias a que se compraz em relatar.

Enquadramos, pois, o compendio em o Dec. Lei 1077 de 1970. V E T A D O.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1975

  
MARINA DE A. DE M. DUARTE Tec.  
de cens. cart. nº 384

## ANEXO E – Parecer nº 79



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 79 / 76

TÍTULO: VOLÚPIA DO PECADO (Autora: Cassandra Rios)  
Espécie: Livro impresso.  
CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

A autora descobriu um filão rentável na descrição ousa da das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações subliterárias, onde preferedar ênfase aos segredos "caça-níqueis" do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual.

Os personagens que contrói são mostrados grotescos e patéticos em sua condição, às vezes atormentados e solitários, dentro de reflexões morais falsas, incapazes, entre - tanto, de orientar toda uma compreensão dos impulsos conditionadores do homossexualismo, dentro de uma quadro clínico-psicológico.

Na verdade, o que se verificá é uma obcecada tendência' para o insólito, a busca desenfreada do sexo, fatos esses que, somados, resultam em mero alibi para a exterioriza - ção inescrupulosa e intolerável da aberração sexual.

Conta a autora o relacionamento afetivo-sexual de duas jovens que, de início, se assustam com os seus sentimentos que procuram rejeitar, por considerá-los extravagantes e pecaminosos.

Mas, na proporção em que estreitam sua amizade, seus escrúpulos se diluem, permitindo, desta forma, serem dominadas por um amor doentio e avassalador, que as leva até às últimas conseqüências, qual seja o tribadismo. A partir ' daí sentem-se libertas de qualquer sentimento de culpa, rotulando de bela e pura sua ligação. Está é tormentosa, agressiva, pois que ambas, tremendamente imbuídas de forte sentimento de posse, se martirizam em constantes cenas de ciúmes, aplacada posteriormente pela entrega à satis - fação dos sentidos. A morte de uma delas vem pôr fim à repugnante ligação.

(CONT. ÚLTIMA)

*Cassandra Rios*

(CONTINUAÇÃO)

Vale notar que a linguagem não contém excessos na simples exposição da idéia; entretanto, a descrição das cenas de tribadismo entre as personagens extrapolam qualquer limite de tolerância.

Assim, sugiro a NÃO LIBERAÇÃO do livro em exame, posto que seu conteúdo infringe o disposto no art. 1º do Dec.-lei nº 1.077/70.

Brasília, 10 de fevereiro de 1976

José do Carmo Andrade

A consideração do  
S. Dir. D. C. P.  
Em 16/02/76  
Antônio  
Assessoria - D. C. P.

## ANEXO F - Parecer nº 73



MINISTERIO DA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

PARECER Nº 00073 / 78

TÍTULO: " A PARANÓICA "

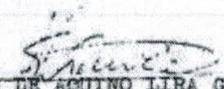
CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: Pela PROIBIÇÃO

Data, Goiânia, 27 de dezembro de 1978.

- 1-Título do livro: "A PARANÓICA"
- 2-Nome de autor: Cassandra Rios
- 3-Editora: Global Edit. e Dist. Ltda.
- 4-Endereço: Rua José Antonio Coelho 814 - SP.
- 5-Ano de publicação: 1976

R E S U M O: Ariella, jovem de dezesseis anos, é a paranóica. Pelo menos esta foi a definição da autora. Filha do Dr. Rodrigo e de D. Helena; irmã de Alfonso e Clécio. Ao descobrir que era filha adotiva, do referido casal, ela usa de todos os meios para desvendar os mistérios que envolviam as suas origens. Entrega-se sexualmente, e de forma ridícula, ao pai e aos irmãos (adotivos), joga uma contra os outros para que a verdade aparecesse. Desenvolve os seus instintos e põe em prática o homossexualismo feminino com Mercedes, noiva de Alfonso.

P A R E C E R: Ariella vai além da Paranóia, as descrições dos atos sexuais são feitas nos seus mínimos detalhes, há homossexualismo, violência e o conteúdo do livro é deprimente. Com base no art. 1º do Decreto - Lei 1.077/70, sugerimos a sua PROIBIÇÃO.

  
SILAS DE AQUINO LIRA GOUVEIA  
Técnico de Censura.

## ANEXO G - Decreto-Lei 1.077/70

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos [artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967](#).

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
*Alfredo Buzaid*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.1.1970

## ANEXO H - Ato Institucional Nº5



### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.

[Vide Constituição de 1988.](#)

[Vide EMC nº 11, de 1978.](#)

São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" ([Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966](#));

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

#### **ATO INSTITUCIONAL**

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: [\(Vide Ato Institucional nº 6, de 1969\)](#)

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
  - a) liberdade vigiada;
  - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
  - c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. [\(Vide Ato Institucional nº 6, de 1969\)](#)

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. [\(Vide Ato Institucional nº 6, de 1969\)](#)

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Regulamento\)](#)

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas [alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição](#).

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA  
*Luís Antônio da Gama e Silva*  
*Augusto Hamann Rademaker Grunewald*  
*Aurélio de Lyra Tavares*  
*José de Magalhães Pinto*  
*Antônio Delfim Netto*  
*Mário David Andreazza*  
*Ivo Arzua Pereira*  
*Tarso Dutra*  
*Jarbas G. Passarinho*  
*Márcio de Souza e Mello*  
*Leonel Miranda*  
*José Costa Cavalcanti*  
*Edmundo de Macedo Soares*  
*Hélio Beltrão*  
*Afonso A. Lima*  
*Carlos F. de Simas*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.1968.

## ANEXO I- Obras censuradas na Ditadura Militar (1964-1985)<sup>24</sup>

1. 79 Park Avenue. Harold Robbins
2. A aliciadora feliz. Xaviera Hollander
3. A amante de Kung Fu. Lee van Lee
4. A amante virgem. I. A. Satoc
5. A automação e o futuro do homem. Rose Marie Muraro
6. A aventura boliviana: Che Guevara. Fidel Castro et al.
7. A beleza mora com o sexo. Paul Ableman
- 8. A borboleta branca. Cassandra Rios**
- 9. A breve história de Fábila. Cassandra Rios**
10. A carne. Júlio Ribeiro
11. A casa de rendez-vous. Oscar Lewis
12. A casa dos sexos.
13. A catástrofe iminente e os meios a conjurar. Vladimir Ilitch Lenin
14. A chinezinha. Brigitte Bijou
15. A coisa incrível. Dr. G. Pop
16. A concepção das superpotências. Pierre Maes
17. A construção. Altimar de A. Pimentel
18. A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha. Nicos Poulantzas
19. A degrading affair. Dert Pirelan
20. A deusa do sexo. Peter Khan
21. A deusa do sexo. Tom Brooks
22. A ditadura dos cartéis. Kurt Ulrich Mirow
23. A divina marquesa. Marquês de Sade
24. A educação em Cuba. Ministério da Educação de Cuba
25. A emoção sexual da mulher. Dr. E. Radetzy
26. A farsa do bode expiatório. Luiz Maranhão Filho
27. A filha de ninguém. Dr. G. Pop
28. A forasteira. Calder Willingham
29. A garota cobiçada. Brigitte Bijou
30. A gatinha erótica. N. Campeli
31. A gíria sensual. Belinho
32. A grain of mustard seed. Márcio Moreira
33. A grande comédia. F. Menezes Silva
34. A herança de Dena. Gwen Whinter
35. A hora do amor. Christopher Palmer
36. A hora inesperada. Christopher Palmer
37. A igreja ante a escalada da ameaça comunista. Plínio C. de Oliveira Editora
38. A ilha do desejo. Jean Garret
39. A inocente. Brigitte Bijou
40. A jóia do sexo. Virgínia Graham
41. A mansão feita de lama. Adelaide Carraro
42. A menina cor de rosa. Dr. G. Pop
43. A minha vida secreta.
44. A mulher erótica. Joy Warren
45. A mulher na construção do mundo futuro. Rose Marie Muraro
46. A mulher sem fronteiras. Alice Amew
47. A mulher sensual. Joan Garrity
48. A nova esquerda: a revolução anti-industrial. Ayn Rand

<sup>24</sup> A lista está em ordem alfabética de título das obras. Lista elaborada por Kelly Pereira de Lima. Os livros de Cassandra Rios estão negritados.

**49. A paranóica. Cassandra Rios**

50. A pérola: um jornal erótico
51. A possuída. Charles W. Runyon
52. A princesa russa massagista do balneário. Maria Luhan
53. A revolução brasileira. Caio Prado Jr.
54. A revolução erótica. Lawrence Lipton
55. A revolução ganha a rua. Walter de O. Garrocho
- 56. A sarjeta. Cassandra Rios**
57. A selvagem Xaviera. Xaviera Hollander
58. A tarde??. Brigitte Bijou
59. A trama perfeita. Al Trebla
60. A última conquista de Don Juan. Rex Stewart
61. A última noite de amor de um condenado. Michel Lamont
62. A união popular e o domínio da economia. Philippe Herzog
63. A universidade necessária. Darcy Ribeiro
64. A verdade de um revolucionário. Olympio Mourão Filho
65. A verdadeira história de um assassino. Adelaide Carraro
66. A viagem do Êxtase. Brigitte Bijou
67. A vida amorosa de um médico. Dr. G. Pop
68. A vida e a verdade. José Vieira Moreira
69. A vida e o sexo. Dr. G. Pop
70. A vida secreta de um homem sensual. Donald E. Westlake
71. A virgem de jade. Dorothy Amin
72. Abajur lilás: teatro. Plínio Marcos
73. Abbey Opens Up. Andrew Laird
74. ABC do comunismo. Preobrajansky e Deuksarine
75. Actas tupamares: uma experiência de guerrilha urbana no Uruguai
76. Adaptação sexual perfeita. A. H. Chapman
77. Adelaide, uma enfermeira sensual. Marilyn Monray
78. Adoráveis gatinhas. René Clair
79. Africana. Luiz Barreiros
80. Ahnn. . . Camille La Femme
81. Algodoal em flor. João Francisco de Lima
82. All Juiced Up. Veronica Ming
83. Alô sim.... Madame Claude
84. Alternative to Armageddon. Yale-White-VonMonteuffel
85. Alucinadas pelo sexo. Tom Willyann
86. Amada amante. Ivonit Karystyse
87. Amado amante negro. June Warren
88. Amante amada. R. Barnes
89. Amantes do sexo
90. Amantes e exorcistas. Wesley Simon York
91. Ambições frustradas. J. Viriato de Castro
92. Amélia, a flor da pedra. José dos Santos
93. América Latina: ensaios de interpretação econômica. José Serra et al.
94. Amor a três. Brigitte Bijou
95. Amor sem limite. Christopher Palmer
96. Amor sem limites. Robert A. Heinlein
97. Amores da filha de lady Chatterley. Patricia Robins
98. Amores frenéticos. P. I. Jones
99. Amores insaciáveis de uma estrela. Frederico Olsseberg
100. Anatomia de uma prostituta. Jhan Robbins
101. Andréia. Hugo Penteadó Teixeira
102. Angélica das madrugadas. João Francisco de Lima

103. Anti Justine
104. Apuntes sobre uma experiência Guerrilera. Hector Bejar
105. Aracelli, meu amor. José Louzeiro
106. Armadilha erótica. Francis Hagaerre
107. As amantes do moralista. John Gardner
108. As aventuras das secretárias. Rommie James
109. As aventureiras. Al Trebla
110. As bruxas estão soltas. Dr. G. Pop
111. As carícias do casal. Pierre Valinieff
112. As coisas amargas da doce vida. Dr. G. Pop
113. As duas amantes. Francis Miller
114. As duas faces de uma secretária. Pierry
115. As excitadas. Peggy Caddis
116. As fascinadoras. Maria Luhan
117. As feras. Vinicius de Moraes
118. As garotas que dizem sim. Edward Thorm
119. As insaciáveis de Paris. Maurice Montier
120. As lágrimas das virgens. Dr. G. Pop
121. As levianas. Francis Hagaerre
122. As mais simples e sinceras comunicações. Francisco C. P. Biondo
123. As massagistas de Tóquio. Rita Reynolds
124. As massagistas. Jennifer Sills
125. As medidas do amor. Irving Wallace
126. As memórias de Casanova
127. As mulheres, o amor e o sexo. Robert Chartham
128. As novas aventuras das massagistas. Jennifer Sills
129. As novas aventuras das secretárias. Natalie West
130. As sensuais. Mareei Kappa
- 131. As serpentes e a flor. Cassandra Rios**
- 132. As traças. Cassandra Rios**
133. As trigêmeas. Dr. G. Pop
134. As tumbas. Henrique Medina
135. As violentas. M. Cassey
136. Asco
137. Asilo de vermes. Pedro de Paula Rodrigues e Nilda N. Silva
138. Aspectos do teatro infantil. Lúcia Benedetti
139. Assim vivemos. José dos Santos
140. Astúcia sexual. Dr. G. Pop
141. Atrás do arame farpado. Kost Krymow
142. Autobiografia di uma guerriglia. Ricardo Ramirez
143. Autoritarismo e democratização. Fernando Henrique Cardoso
144. Aventuras de um sádico
145. Bar Don Juan. Antônio Calado
146. Barrela: teatro. Plínio Marcos
147. Basta bastardos. Hélio de Almeida
148. Belas e perigosas
149. Blood Sport. Robert F. Jones
150. Blue love. Thomas Conrad
151. Boca de fogo. Roy Thomas
152. Boca sensual. Paul Ableman
153. Bolero sensual. Denise Taylor
154. Bondinho.
155. Camara cuties. Epharam Lord
156. Camila, modista de alta costura. Sylvana Dubois

157. Caminhos eróticos. Brigitte Bijou
158. Caminhos interrompidos. Luiz Roberto de Paiva Lima
159. Canteiro de obras. Pedro Porfírio
160. Caramanchão próximo ao milagre. Edson Newton de Campos
161. Carnal cousins. Jack Vaste
162. Carne e sangue. João Francisco Lima
163. Carniça. Adelaide Carraro
164. Cartas a Xaviera. Xaviera Hollander
165. Cartas eróticas de Edward. Edward W. Richardson
166. Cartas eróticas de Marilyn. Marilyn Whitney
167. Cartilha do bem sofrer com lições de bem amar. Farias de Carvalho Livro
168. Cassandra. Marilyn Monray
169. Castelo destruído. Maria da Luz Alves
170. Cedo para a cama. Mark Clements
171. Chamas eróticas
172. Chinezinha erótica. Brigitte Bijou
173. Ching Ping Mei (Flor de Ameixa no Vaso de Ouro). A. M. Amerj (trad.)
174. Cidinha a incansável. Dr. G. Pop
175. Cinco anos julgamento político na União Soviética
176. Citações de Lenine sobre a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Vladimir Ilitch Lenin
177. Citações do Presidente Mao Tsé-Tung. Mao Tsé-tung
178. Classes médias e política no Brasil. J. A. Guilhon de Albuquerque
179. Clube dos prazeres. Brigitte Bijou
180. Coleção de poemas. Raimundo A. de Oliveira
181. Colégio Harrison - A escola do sexo. John Francis
182. Colix Postaux - Remessas postais
183. Com carinho e amor. J. Moura & J. Sutherland
184. Come again. Frederick Starr
185. Como aumentar a satisfação sexual. David Reuben
186. Companheiras noturnas. Francis Miller
187. Confidências íntimas. Riola Arriagada
188. Confissões de um conquistador de criadas. Hermani Irajá
189. Confissões de uma estrela. Mylène Demarst
190. Confissões de uma estudante. Francis Hagaerre
191. Contos eróticos. R. Barva
192. Contrabandistas de escravas. Dr. G. Pop
193. Contradições urbanas e movimentos sociais. J. Álvaro Moisés e outros
194. Copa mundial do sexo. Camille La Femme
195. Copacabana em trajes íntimos. Diderot Freitas
- 196. Copacabana posto seis. Cassandra Rios**
197. Cruise ship. Jay Geene
198. Das Lust Duett. Jean Michen
199. De prostituta a primeira dama. Adelaide Carraro
200. Deliciosas loucuras em Monte Carlo. Carolyn Colby
201. Delírio sensual. F. Lamont
202. Delírio. Guálter Silva Araújo
203. Der Orgienkeller. Roy Mills
204. Descubra seu Q. I. sexual. Larry Schawab e Karen Markham
205. Desde la cola del dragón. Jorge Edwards
206. Despertador. Cláudio Marques
207. Despertamento da graça. Bartolomeu C. P. Quaresma
208. Desperte sua sensualidade
209. Devaneios de uma virgem. José Adalto Cardoso

210. Dez histórias imorais. Aguinaldo Silva
211. Diário de André. Brasigóis Felício
212. Diário de uma freira. Diderot
213. Diary. Paula Newhorn
214. Dias de Clichy. Henry Miller
215. Diccionario de la falange. Eduardo Alvarez Puga
216. Diccionario del anarquismo. José Peirats
217. Dicionário de palavras e termos afins. Mário Souto Maior
218. Dicionário sexual. Georges Valensin
219. Die Liebesschude. Bertha Herzfeld
220. Discurso sobre o sexo. Hilário Veiga Carvalho
221. Do namoro à noite de núpcias. Richard Hershey & Annie Berger
222. Do pai ao filho dos 6 aos 18 anos. Luiza R. Oliveira
223. Doing daddy. Samuel Sulton
224. Dois corpos em delírio. Marcia Fagundes Varella
225. Dois na cama
226. Doze mulheres e um andrógino. Roy Thomas
227. Dramas e tóxicos. Marise Helena de Moura
228. Duas flores do sexo. Dr. G. Pop
229. Duas noites de paixão. Alfred Musset
230. Duelo entre duas mulheres. Brigitte Bijou
231. El caso Padilla. Lourdes Casal
232. El derecho a rebelar-se. Vicente Rovetta
233. Ela. Christopher Palmer
234. Elas e o sexo
235. Elas fazem aquilo
236. Elas não escondem nada.
237. Elas o esperam. Oscar Vieira Garcia
238. Elas são de morte. René Clair
239. Elas, as eróticas
240. Ele não brincava com o amor. Al Trebla
241. Ele. Christopher Palmer
242. Eliana, uma rosa entre espinhos. Thais de Alencar
243. Elizabel, sol e mel. Marcílio Alves
244. Em busca da aventura. Brigitte Bijou
245. Em câmara lenta. Renato Tapajós
246. Emmanuelle, a antivirgem. Emmanuelle Arsan
247. Emmanuelle, a virgem. Emmanuelle Arsan
248. Emmanuelle. Emmanuelle Arsan
249. Emoção e frenesi em Veneza. Lana Robbins
250. Emoção sexual. Ivonit Karystyse
251. Erotic Art of the Masters. Bradley Smith
252. Erótica biblion. Mirabeau
253. Escalada do prazer. Peter McCurtin
254. Escravas do sexo
255. Escravo do desejo. Louis-Charles Royer
256. Escultura de barro
257. Escuridão e podridão. Adelaide Carraro
258. Espanta Gato. Luiz Maranhão Filho
259. Espelho/Seminário. Raimundo Pereira Rodrigues
260. Essas virgens de hoje. Felisbelo da Silva
261. Estrategia da la guerrilla urbana. Abraham Guillén
262. Estruturalismo. Claude Lévi-Strauss

263. Eu acuso: genocídio soviético: S.O.S. aos países bálticos, Lituânia, Letônia, Estônia. Meldutis Laupinaitis
264. Eu e o governador. Adelaide Carraro
265. Eu, Margô. Euclides Carneiro da Silva (trad.)
266. Everybody Does It. Dick Trent
267. Ex, o melhor de Ex.
268. Explosão sexual. Felisbela da Silva
269. Fabiana, a mulher que sabia amar. Marcel Kappa
270. Falência das elites. Adelaide Carraro
271. Fazendo amor. Norman Begner
272. Feliz Ano Novo. Rubem Fonseca
273. Fêmeas de luxo. Jean Charles Chapelle
274. Férias amorosas. Vivian Crawford
275. Férias em Mar del Plata. Al Trebla
276. Férias no Havaí. Paul Harris
277. Filosofia de alcova ou Escola de libertinagem. Marquês de Sade
278. Flores para Dr. Oscar. Al. Trebla
279. Fogo sensual
280. For adult. Rock Duggan
281. Fortaleza sua potência sexual. Richard M. Falk
282. Foto de crepúsculo. Maria Helena Kuhner
283. Foto riso
284. Fraqueza da carne. F. Lamont
285. Free Sex. Moses David
286. Garotas calientes. Rita Lafond
287. Garotas em apuros. Brigitte Bijou
288. Gente
289. Gente e humor. A. Tito Filho
- 290. Georgette. Cassandra Rios**
291. Gina - Procura de Kukla. Dr. G. Pop
292. Grab Your Joystick. Jeff Jones
293. Graciela amava e... matava. Dr. G. Pop
294. Grafia Erótica
295. Gravuras de Picasso
296. Guerra de guerrilhas em Vietnam. Hoang Van Thal
297. Guerra del pueblo: ejército del pueblo. Nguyen Giap
298. Guia das cariocas. Pierre Valinieff
299. Guia para o amor sensual. Robert Chartam
300. Guia prático de técnica sexual
301. Guia sexual da moça moderna. Wardell B. Pomeroy
302. Há muito não tenho relações com o leitão. Rex Schinder
303. Harmonia psicológica. Pedro Alves da Silva
304. História de Kim il Surig. Tako Takagui
305. História de O. Pauline Réage
306. História militar do Brasil. Nelson Werneck Sodré
307. Holy Men
308. Homens alados. Joaquim Alves de Oliveira Neto
309. Horas tardias. Dr. G. Pop
310. Hot and Tought. John D. Douglas
311. Hot Pursuit. C. C. Danyon
312. House of pleasures. Sonder Greco
313. Humor negro em terceira dimensão. Comendador Napoleão
314. Humpy's Nudist Camp. Humphrey A. Sloan
315. I Confess. Chris Harrison

316. Imitation to Sin. Ian Lederer  
 317. Inteirinha nua e sua. R. Barva  
 318. Iogurte com farinha. Nicolas Behr  
 319. Irene. Albert de Routsio  
 320. Jaume Carner. Josep M. Poblet  
 321. Je des nuances de la pluie  
 322. Jeffs trade. Roger St. Clair  
 323. Jogo do amor  
 324. Jou pu tuan. Yu  
 325. Kama Sutra. Vatsyayana  
 326. Kevin's Big Humber. John Bell  
 327. Klee. Denys  
 328. Kukla, a boneca. Dr. G. Pop  
 329. L'art érotique. Eberhard e Phyllis Krouhausen  
 330. La filosofía como arma de la revolución. Louis Althusser  
 331. La guerra popular en el Brasil. Movimento Comunista Internacional  
 332. La guerriglia in italia. Vários autores  
 333. La Internacional Comunista desde la muerte de Lenine. Leon Trotski  
 334. La teoría revolucionaria. Phllipe Sollers  
 335. La violence militaire au Brésil. Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca  
 336. Labaredas sensuais.  
 337. Labirinto. André de Figueiredo  
 338. Le chant de L'oreiller. Vários autores  
 339. Lei é lei e está acabando. Nazareno Tourinho  
 340. Leila, o veneno doce. Peter Khan  
 341. Lenita e o padre. Marcia Fagundes Varela  
 342. Let History Judge. Roy A. Medvedev  
 343. Liberdades sexuais. Felisberto da Silva  
 344. Lili, a vamp sexy  
 345. Linka - A mestra do sexo. Anny Lover  
 346. Lira ligeira. Silvio Leopoldo  
 347. Liselle, massagista para cavalheiros. Gabrielle Manson  
 348. Lobisomem. Gedeone e Nico Rosso  
 349. Logos e práxis. François Chatelet  
 350. Loira vestida de branco. Dr. G. Pop  
 351. Louras ardentes. Pierre Marchais  
 352. Lucha armada: fuerza armada. Nguyen Giap  
 353. Lucille. Stella Moore  
 354. Lúcio Flávio, o passageiro da agonia. José Louzeiro  
 355. Luíza a cigana sexual. Nelson C. Cunha  
**356. Macária. Cassandra Rios**  
 357. Machos e fêmeas. Michael Lamont  
 358. Mais prazeres do sexo. Alex Comfort  
 359. Make Me. Jeffrey N. Hudson  
 360. Maldição erótica. Adal Casey  
 361. Male Female St.. William Stieg  
**362. Marcella. Cassandra Rios**  
 363. Mares da perdição. Jack Gordon  
 364. Maria da ponte: peça. Guilherme Figueiredo  
 365. Marise, minha colega e outros contos. Wellington Pinto  
 366. Marnie - seus vícios e encantos. Winston Graham  
 367. Marxismo. Louis Althusser  
 368. Massagista para cavalheiros. Gabrielle Manson  
 369. Massagistas para executivos. Mark Andrews

370. Masterpicce of Erotic Photography
371. Meet Marilyn. Thomas Cassidy
372. Mein Kampf. Adolf Hitler
373. Memórias de um varão castrado. Rodolfo Quaresma Filho
374. Memórias eróticas de um burguês
375. Método e dialético e teoria política. Michael Löwy
376. Meu amigo Che. Ricardo Rejo
377. Meu amor o bode. N. Campeï
378. Meu companheiro querido. Alex Polari
379. Meu jardim secreto. Nancy Fryday
380. Meu nome é Marcelo. M. Lopes
381. Meus amores secretos. João Francisco de Lima
382. Meus Versos. Weimar Torres
383. Mi experiencia cubana. Ezequiel M. Strada
384. Minha vida com Xaviera. Larry
385. Minha vida íntima. Catherine Remoir
386. Minha vida, meus amores. Henry Spencer
387. Minhas Marílias e seus nomes de guerra. Dirceu Alves Ferreira
388. Miss Stuck Up. Rob O'Noal
389. Mister Curitiba: conto. Dalton Trevisan
390. Mistério de uma doutora. Al. Trebla
391. MO: nova vida revolucionaria. Moisés David
392. Mortal apedrejado. Carlos Luiz Campanella
393. Movimento estudantil e consciência social na América Latina. J. A. Guilhon Albuquerque
394. Mulher livre. Adelaide Carraro
395. Mulher pecado. Marcia Fagundes Varella
396. Mulheres ardentes. Yuri Gletter
397. Mulheres de ninguém. Marcia Fagundes Varella
398. Mulheres do sexo violento. José Adalto Cardoso
399. Mulheres eróticas. B. Bava
400. Mulheres proibidas. Mari Terése Luke
401. Mulher pecado. Marcia Fagundes Varella
402. Na rota do sexo. Lee van Lee
403. Na voragem do êxtase. Brigitte Bijou.
404. Nas asas do sexo. Vicky Morris
405. Neighborhood. Don Elcord
- 406. Nicoleta ninfeta. Cassandra Rios**
407. Ninguém é de ninguém. Harold Robbins
408. Noites de Moscou. Vlas Tomim
409. Nós. Christopher Palmer
410. Nossa luta en Sierra Maestra. Ernesto Che Guevara
411. Novas aventuras da aliciadora feliz. Robin Moore
412. Novas aventuras de Linda Lovelace. D. M. Perkins
413. Novas confissões íntimas de Paulette, a aeromoça. Janice Blair
414. Novas páginas eróticas. Luiz Barreiros (trad.)
415. Novelas da erosfera. Emmanuelle
416. Noviça erótica. Marcia Fagundes Varella
417. Nua e sua
418. Nuas e carinhosas
419. Nuas e voluptuosas. Peter Khan
420. O amante insaciável. James Garan
421. O amor e o sexo. Ivonit Karystyse
422. O amor e suas posições básicas. Karl Fritz

423. O amor pecado. Yuri Gletter
424. O anel do desejo. Tom Brooks
425. O apocalipse ou o Capeta de Caruaru. Aldomar Conrado
426. O belo burguês. Pedro Porfírio
427. O berço de ouro. E. C. Caldas
428. O cabo e a normalista. Claudivino Alencar
429. O carvoeiro. Ignácio Piter
430. O casal sensual. Dr. C
431. O caso Lou - Assim é se lhe parece. Carlos Heitor Cony
432. O castrado. Adelaide Carraro
433. O cobrador: conto. Rubem Fonseca
434. O começo é sempre fácil o difícil é depois. Milton Moraes Emery
435. O comitê. Adelaide Carraro
436. O companheiro espírita. Paulo Roberto M. Sampaio
437. O cruzeiro dos amantes. Michael Lamont
438. O despertar da revolução brasileira. Márcio Moreira Alves
439. O diário íntimo de Casanova. J. Casanova de Seingalt
440. O direito e o avesso. Robin Maugham
441. O Don Juan da Segunda Avenida. Rock Allmen
442. O esquerdisino, a doença infantil do comunismo. Lenine
443. O eterno sexo. João Francisco de Lima
444. O galante Mister John. João Francisco de Lima
445. O garanhão da Cosa Nostra. F. W. Paul
446. O gavião do asfalto. João Francisco de Lima
447. O gênio nacional da história do Brasil. Roberto Sisson
448. O Gigolô. Chris Morrison
449. O homem que desafiou o diabo. Dr. G. Pop
450. O homem que gostava de mulheres. Marc Brandel
451. O homem sensual
452. O homem subterrâneo. Ross MacDonald
453. O homem, a mulher e a cama. John Wallace
454. O imperialismo e a cisão do socialismo. Vladimir Ilitch Lenin
455. O indomável. Harold Robbins
456. O Louco. Dr. G. Pop
457. O lupanar de luxo da princesa russa. Maria Luhan
458. O Machão. Harold Robbins
459. O manual sensual. David I. Chapnick
460. O médico sensual. Robert Thompson
461. O modo de produção asiática. Giani Sofri
462. O mundo do sexo. Henry Miller
463. O mundo do socialismo. Caio Prado Jr.
464. O mundo erótico de Isadora Duncan
465. O mundo pecaminoso em que vivi. Mylène Demarst
466. O padre fogo de Boulange. Brigitte Bijou
467. O palácio das ninfas. Al. Trebla
468. O papel da mulher na sociedade: do problema feminino nos países socialistas.  
Unikelajeva Tereshova
469. O pátio de cobrança das rendas
470. O pecado nos seus olhos. Mary Singl Eten
471. O poder jovem. Arthur José Poerner
- 472. O prazer de pecar. Cassandra Rios**
473. O prazer sexual no casamento. Jerome e Júlia Rainer
474. O preço de Marta. Marcia Fagundes Varela
475. O preço do amor. Eustace Chesser

476. O Primo Charlie. Jeanette Sinclair
477. O pulo do gato. Otacílio Dantas
478. O que excita as mulheres. Robert Chartham
479. O quinteto sensual. Robert Gover
480. O relatório Hite. Shere Hite
481. O ser erótico. Albert Ellis
482. O sétimo dia. Ari Chen
483. O sexo portátil. Luiz Canabrava
484. O sexo, a mulher e a erótica. Dr. Emanuel Bosch
485. O significado sexual do tarô. Theodor Laurence
486. O sótão e o rés-do-chão ou Soninha toda pura. José Ildemar Ferreira
487. O túmulo. Rezende Filho
488. O último tango era Paris. Robert Halley
489. O violador. Henry Kane
490. Obras escogidas. Mao Tsé-Tung
491. Odd Bali. Rex Larson
492. Onde cai o sol amarelo. Augusto Shigueru Yamazato
493. Only men
494. Opções da revolução na América Latina. Miguel Urbano
495. Opressão
496. Orgia I. Ross Casey
497. Orgy room bottoms.
498. Os amantes. Adelaide Carraro
499. Os Azeredo mais os Benevides. Oduvaldo Vianna Filho
500. Os classificados do sexo. Hélio Miranda de Abreu
501. Os comunistas e o desporto. Faure Barran Laurent
502. Os condenados da terra. Frantz Fanon
503. Os degenerados da terra. Oliver Huston
504. Os Deuses eróticos. N. Cunha
505. Os dois mundos das três Américas. Jânio Quadros
506. Os fatores morais no ensino. Edson de Abreu
507. Os fornecedores do vício. E. Rimbaud
508. Os garotos da massagista. Jennifer Sills
509. Os mistérios do amor narrados em prosa e verso por ilustre cantador. Eduardo Borsato
510. Os padres também amam. Adelaide Carrero
511. Os prazeres de uma princesa russa. Maria Luhan
512. Os prazeres do sexo. Alex Comfort
513. Os protocolos dos sábios do Sião
514. Os sindicatos e a gestão de empresas. Lazarento
515. Páginas eróticas. Luiz Barreiros
516. Páginas sensuais
517. Palmeira dos índios e seus encantos
518. Papa Highirte. Oduvaldo
519. Paris, sexo, prazeres e crimes. Paul Demourgart
520. Paulette, aeromoça. Vicky Morris
521. Pavana para um Macaco defunto. Antônio Galvão Naclério Novaes
522. Peggy Getshers. Stephen Morrison
523. Pertinho do céu. José Vanderley e Mário Lago
524. Petita história de la guerra civil. Joan Sariol Badia
525. Photo Manual of Sex Intercourse. L. R. O' Conner
526. Pick-up. Michel Adrian
527. Picture Book of Sensual Love. Robert Harket
528. Pinta Brava. José Vieira Moreira

529. Play Sexy. Brigitte Bijou
530. Podridão. Adelaide Carraro
531. Poesia sem príncipe. Georgenor Franco
532. Poesis. João Carlos C. Teixeira
533. Por trás das câmaras. Mylène Demarst
534. Posições amorosas. Roy Thomas
535. Possui-me e depois.... M. Casey
536. Prazer e desejo. Yuri Gletter
537. Prazer sem pecado. Brigitte Bijou
538. Primal Sensuality
539. Programa de saúde (Projetos e temas de higiene e saúde). Lídia Rosenberg  
Aratagy e outros
540. Proibido. Reinaldo Cabral
541. Providência. Maxlem Rodrigues
542. Psychiatrists Tales. C. vem Seyffertiz
543. Purus – História de ontem – Estórias de hoje. Líbero Luxardo
544. Pussy in the Penthouse. Robert S. Ashley
545. Quando o diabo se diverte. Dr. G. Pop
546. Quarto de empregada: teatro. Roberto Freire
547. Quatro cantos de pavor e alguns poemas desesperados. Álvaro Alves de Farias
548. Quem é Ayn Rand. Nathanie Branden
549. Rainha da strip-tease. Danielle Jobert
550. Rasga coração: teatro. Oduvaldo Vianna Filho
551. Rebelião dos mortos. Luiz Fernando Emediato
552. Reckless Flesh. Ben Doughty
553. Reflexões de dois amigos...: conto. Deonísio da Silva
554. Resistência sexual. Francis Hagaerre
555. Resistência sexual. Maria Luhan
556. Revolução na revolução. Régis Debray
557. Revolución política del Partido Comunista en Colômbia. Movimento Comunista  
Internacional
558. Rumo à vitória. Álvaro Cunhal
559. Sadismo e masoquismo da princesa russa. Maria Cuhan.
560. Saigon, meu amor. Luiz Barreiros
561. Saldos do pensamento. Rodrigues de Souza
562. Se eu te esquecer, Jerusalém. Ari Chen
563. Seja feliz na vida sexual. Helmut Fichter
564. Sem retoque: a vida íntima de um jovem universitário. J. Mello
565. Sensação em Portugal. Dr. G. Pop
566. Servicio social pueblo. Natalio Kisherman
567. Sexhauf reisen. Porno Vellen
568. Sexo ardente
569. Sexo e amor. David Saramon
570. Sexo e boemia. João Francisco de Lima
571. Sexo e morte em Paris: último tango em Paris. Máximo Rabel
572. Sexo e prazer. René Clair
573. Sexo e tentação
574. Sexo em alta rotatividade. Rogers Young ou Gisele Sorrel
575. Sexo em conflito. Ivonit Karystyse
576. Sexo em conflito. Marcia Fagundes Varella
577. Sexo em ritmo de rock. F. Lamont
578. Sexo em troca de fama. Adelaide Carraro
579. Sexo impetuoso. Bernardo Elias Lane
580. Sexo no confessionário. Norberto Velentini e Clara di Meglio

581. Sexo no paraíso
582. Sexo para jovens e adultos. Robert Chartham
583. Sexo para principiantes. Myléne Demarst
584. Sexo proibido. Ivonit Karystyse
585. Sexo super consumo. Marcia Fagundes Varella
586. Sexo, amor, casamento. Aurico Serzedello Machado
587. Sexo, delírios e tromentos. Jean Fleubert
588. Sexus. Henry Miller
589. Sheila's Sin. Gil Johns
590. Show de piadas
591. Simplesmente amor. Francis Miler
592. Sitting Idol (Silken Idol). Robert Moore
593. Slup Ship. Michel Adrian
594. Só nós duas. Barbosa Breecks
595. Sobre a caricatura do marxismo e o economismo imperialista. Vladimir Ilitch Lenin
596. Socialismo em Cuba. Leo Huberman & Paul H. Sweezy
597. Socialismo y el hombre en Cuba. Ernesto Che Guevara
598. Sociología de una revolución. Frantz Fanon
599. Solano Lopes, o Napoleão do Prata. Manlio Conceghi & Ivan Boris
600. Soluços e sorrisos. Alarico Portiere
601. Sonetos. Edgar Paula Rodrigues
602. Sorriso
603. Sou Lilly, atriz de cinema. Lili Lamont
604. Star Album
605. Strand party. Leopold Lowenzahan
606. Strasse der Geilheit. Yeira Laus
607. Suave é a bomba. Luiz Carlos
608. Submundo da sociedade. Adelaide Carraro
609. Sugar. Eeneral Evans
610. Super mercado supermacho. R. T. Larkin
611. Sweet lips. Fleteher Hill
612. Swing - Sexo sem segredos. Eurico Felix
613. Tagebuch Einer Modernen. Herbert Hauser
614. Tantris das funfech
615. Taormina: début de siècle
- 616. Tara. Cassandra Rios**
617. Teacher Taught Us. Jon Vermon
618. Teatro dos prazeres. Anny Lover
619. Técnicas amorosas. Helmut Fichter
620. Técnicas sexuais modernas. Robert Street
621. Ten Poems and Lyrics by Mao Tse Tung
622. Tentação sensual. Brigitte Bijou
623. Teribre, o místico do sexo. Lima Miranda
624. Terra corpo sem nome. Cleonice Rainho
- 625. Tessa, a gata. Cassandra Rios**
626. Textos de Che Guevara
627. The Book of Pot. Pamela Lloyd
628. The Boys from Brazil. Ira Lewin
629. The Brazilian Communist Party. Ronald H. Chilcote
630. The Colonel's Boy. Jay Green
631. The Economics of socialism. J. Wilczynski
632. The Myth of Marginality. Janice E. Perlman
633. The Photographic Manual of Sexual Intercourse. L. R. O' Conner

634. The Pictorial Guide to Sensual Intercourse. Istvan Scwenda e Thomas Leuchner  
 635. The Picture Book of Sexual Love. Robert Harket  
 636. The Titilators. Jack Darck  
 637. Tororomba, o cancionero de Ilhéus. Jocelino Leal  
 638. Torturas e torturados. Marcia Moreira Alves  
 639. Total Sex. Dan Abelow  
 640. Tóxico, sexo e mortes. Wedge Heis  
 641. Tóxicos. Ivan Schmidt  
 642. Três gatas e uma cama. Jay D. Matcalfe  
 643. Trinta e quatro anos de desgoverno no Brasil. Amadeu Carmello Livro  
 644. Trio sensual. Francis Hagaerre  
 645. Trotski - O profeta armado. Isaac Detscher  
 646. Tutti fascisti. Claudio Quarantotto  
 647. U.S.A.: civilização empacotada. Mauro Almeida  
 648. Última besta. Irany Cristina Rezende  
 649. Última hora  
 650. Um caso de duas. Máximo Jubilus  
 651. Um caso de sexo especial. D. L. Perkins  
 652. Um homem e uma mulher. Sr. e Sra. K  
 653. Um homem irresistível. Henry Spencer  
 654. Um momento, escute-me – Homossexualismo. Benedito A. de Oliveira  
 655. Um office boy das arábias. Virgínia Grey  
 656. Um pedaço de minha vida. José Vieira Moreira  
 657. Um português em Cuba. Alexandre Cabral  
 658. Um reino clandestino na Amazônia. Meldutis Laupinaitis  
 659. Uma aldeia da China Popular. Jan Myrdal  
 660. Uma aventura no oriente. Paul Theroux  
 661. Uma gota de esperança. Marise Helena de Moura  
 662. Uma homenagem de Manoel Lourenço ao professor Nazareno Lobo e aos Orixás do Brasil. Manoel Lourenço  
**663. Uma mulher diferente. Cassandra Rios**  
 664. Uma noite em New Haven. Henry Miller  
 665. Uma para cada gosto  
 666. Uma para cada gosto. Ivonit Karystyse  
 667. Uma proposta indecorosa. Trey Conway  
 668. USA: a crise do estado capitalista. James O' Connor  
 669. Vagamundo. Eduardo Galeano  
 670. Vamos querida. Brigitte Bijou  
 671. Vampiras do sexo. F. W. Paul  
 672. Vendetta do sexo. Jackie Collins  
**673. Veneno. Cassandra Rios**  
 674. Vícios, tuberculose e sexo. Bernardo Elias Lahado  
 675. Vida comum. Munir Calixto  
 676. Violencia y política en America Latina. Julio Barreiro  
 677. Viva super estrela. P. Skroski (trad.)  
**678. Volúpia do pecado. Cassandra Rios**  
 679. Volúpia sensual. Peter Khan  
 680. Voo erótico. Hughes Jonathan  
 681. Voragem do desejo. Marcia Fagundes Varella  
 682. Voragem sensual. Lee van Lee  
 683. Voragem. Antônio Taveira  
 684. We love sex  
 685. When She Was Bad. Eneald Evans  
 686. Wild. Vicent Church

- 687. Wollust. Peter Kulp
- 688. Xaviera masculino. Grant Tracy Saxon.
- 689. Zero: romance pré-histórico. Ignácio de Loyola Brandão